



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

11ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
10ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE
RONDÔNIA

OBJETIVO: Tratar de assuntos relacionados à Regularização
Fundiária das Linhas localizadas na Reserva Cuniã

EM: 09.05.2022

INÍCIO: 09h38min

PRESIDENTE: SR. CHIQUINHO DA EMATER

O SR. JOSÉ CARLOS PAIM (Mestre de Cerimônias) - Senhoras e senhores, bom dia. A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, atendendo ao Requerimento dos Excelentíssimos Senhores Deputados Estaduais Chiquinho da Emater e Ribamar Araújo, após aprovação em plenário, realizam Audiência Pública, para tratar de assuntos relacionados à situação de Regularização Fundiária dos Agricultores das Linhas C-01; C-02; C-03; C-05; C-10; C-15; C-25 e C-30, Rio Madeira B e Rio Vermelho C, localizadas na Reserva Cuniã, no Município de

Porto Velho. Desde já, agradecemos a presença de todos que nos acompanham, seja por meio virtual, pela página oficial da Assembleia Legislativa no *Facebook*, no *YouTube* e pela TV Assembleia canal 7.2.

Neste momento, convidamos para compor a Mesa desta Audiência Pública, o Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Chiquinho da Emater, proponente desta Audiência Pública. O Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Ribamar Araújo, proponente desta Audiência Pública.

Senhor Flávio Rodrigues, presidente da Aclolicam (Associação dos Chacareiros do Loteamento Lírios do Campo e Entorno), Linha C-10, Km 32; Senhor Adelson Alves Nazareth, presidente da Asproniã, Linha C-01, Km 17; Doutora Eva Lídia da Silva, advogada; Senhor José Guedes Neto, presidente da Asprole (Associação dos Produtores Rurais da Linha C-30); Senhora Tatilene Silva de Oliveira, representante da Linha C-05, Km 32; Senhor Wilson Cassiano Pontes, representante da Linha C-10.

Senhoras e senhores, neste momento, Sua Excelência, o Deputado Estadual Chiquinho da Emater, procederá à abertura desta solenidade.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER (Presidente) - Invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta esta Audiência Pública para tratar de assuntos relacionados à situação de Regularização Fundiária dos Agricultores das Linhas C-01; C-02; C-03; C-05; C-10; C-15;

C-25; C-30; Rio Madeira B e Rio Vermelho C, localizadas na Reserva Cuniã, no Município de Porto Velho.

O SR. JOSÉ CARLOS PAIM (Mestre de Cerimônias) - Convido a todos para, em posição de respeito, cantarmos o Hino Céus de Rondônia (Letra de Joaquim de Araújo Lima e Música do Dr. José de Melo e Silva).

(Execução do Hino Céus de Rondônia)

Podeis assentar. Nós gostaríamos de agradecer a presença, nesta Casa de Leis, das autoridades aqui presentes; de todos aqueles que não puderam comparecer presencialmente, mas que nos assistem ao vivo pela TV Assembleia; pela Rádio Assembleia; pelas páginas oficiais no *Facebook* e no *YouTube*. Gostaríamos, em nome do Gabinete do Deputado Chiquinho da Emater e do Deputado Ribamar Araújo, agradecer a todos que nos acompanham ao vivo e a vocês que vieram nos prestigiar.

Agradecemos ainda a presença do Senhor Odair Gonzaga da Costa, presidente da Asprolic (Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Linha C-10), BR-319, Km 32; Senhor Antônio Moisés Cavalcante, vice-presidente da Associação da Linha 02, Km 17, BR-319); Senhor José Guedes Neto, presidente da Asprole (Associação dos Produtores Rurais da Linha C-30 e Entorno), Km 50, BR-319; Senhor Wilson Cassiano, segundo

tesoureiro da Asprolic (Linha C-10, Km 32, BR-319). Sejam todos muito bem-vindos a esta Casa de Leis.

Passo a palavra, neste momento, aos Deputados Chiquinho da Emater e Ribamar Araújo para conduzirem a presente Audiência Pública.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER (Presidente) - Bom dia a todos. É com alegria que recebemos todos vocês aqui nesta Audiência Pública, para tratar de assunto tão importante sobre a questão da regularização fundiária das Linhas já citadas.

Nós convidamos várias pessoas para estarem nesta Audiência Pública e, até agora, o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) respondeu dizendo que não podia estar hoje, porque ele - o Antônio -, estaria em uma reunião já pré-agendada com o Ifro (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia), com a Universidade de Brasília, tratando dessa questão fundiária, que vai passar algumas coisas para o Ifro realizar aqui no Estado de Rondônia.

O Dr. Rafael (do Ministério Público Federal) informou, Deputado Ribamar Araújo, que está também em um Encontro de Procuradores e pediu que seja enviada esta ata de Audiência Pública para o Ministério Público Federal. Vocês também já estiveram com ele em outras ocasiões e ele já conhece a situação de todos vocês.

A Sedam (Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental) não compareceu. Estive com ele pessoalmente na semana passada - com o Secretário -, até agora não mandou ninguém. A Casa Civil também foi convidada, porque era importante estar aqui. É um assunto importante da nossa comunidade; do nosso povo, do produtor rural e essas coisas vêm se alastrando por muito tempo e a gente só tem que lamentar, deputado, a falta de respeito que eles têm pelo produtor rural aqui do Estado de Rondônia.

Concedo a palavra ao Pastor Wilson Cassiano Pontes, representante da Linha C-10. Ele conhece como ninguém essa área, já vem de muitas lutas e o Deputado Ribamar acompanha isso há muito tempo. O deputado, desde quando era Secretário da Semagric (Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento), onde, eu acho que foi o único que se preocupou com as estradas de vocês, naquela época, fez convênio até com outros Estados do Brasil, como o Amazonas, que era para... esse Termo de Cooperação para fazer aquelas estradas, e assim o senhor fez. Então, Deputado Ribamar, parabéns pelo seu trabalho e pelo senhor sempre estar ao lado do povo de Rondônia, principalmente, do produtor rural.

Então, quero passar aqui a palavra para o Pastor Wilson, que ele vai falar sobre essa questão da Linha C-10. Pastor, o senhor está com uma palavra.

O SR. WILSON CASSIANO PONTES - Bom dia a todos e a todas. Quero saudar aqui o Excelentíssimo Senhor Deputado Chiquinho da Emater, que é proponente desta Audiência Pública. Agradecer a ele, agradecer ao deputado, por nos dar essa oportunidade. Também o Excelentíssimo Senhor Deputado Ribamar Araújo, proponente desta Audiência Pública, que sempre tem nos ajudado, colaborado conosco ali da Linha C-

10, na questão do Rio Madeira B. Agradecer aqui ao Senhor Flávio, presidente de associação; ao Adelson, outro presidente de associação - outro sofredor também lá da Linha. Agradecer a presença da advogada Dra. Eva Lúcia, uma pessoa por quem a gente tem um carinho muito grande e uma pessoa que conhece muito. A gente tem procurado ela para tentar nos ajudar em muitas questões, mas, infelizmente, a gente esbarra em uma coisa chamada "financeiro". Porque as pessoas que estão ali na Linha, são pessoas de pouca posse e, às vezes, a gente precisa de uma assessoria e as nossas condições não chegam, para que a gente possa resolver ou tomar pé dessa situação. Mas, agradecer à Dra. Eva Lúcia que tem nos ajudado e nos orientado muito.

Também agradecer ao meu companheiro José Guedes Neto, da Asprole da Linha C-30, que é uma pessoa batalhadora, que conhece muito a fundo essa questão. E às demais pessoas presentes nesta manhã. Eu sei que muitos deixaram sua casa, seus afazeres para estarem aqui neste lugar, para que nós possamos aqui contar a nossa história e pedir ajuda desta Casa; desta Assembleia, dos Deputados. E as autoridades que nos ouvem, em especial, o Governo do Estado, que possam nos ajudar. Muitas vezes a gente é tratado como invasor e, na verdade, nós não invadimos nada naquela área. Nós não somos invasores, nós fomos assentados ali. Então, eu vou contar aqui um belo, um relato bem rápido aqui, a respeito da época que foi demarcada, que foi criada, essa área lá para nós.

No ano de 1964, o Exército Brasileiro demarcou aquela área de terra, e a gente tem como provar isso através de documentos que nós temos na associação. Nós temos lá um mapa, onde o Exército cortou toda aquela área do Rio Madeira B, nessa região que nós estamos ali. Depois, no ano de 1981, 1982, o Incra, por uma tomada de preço, demarcou e assentou

muitas pessoas dentro dessa área, neste local ali. E é o lugar onde nós estamos e têm os marcos lá, que nós podemos provar isso.

Então, o Incra começou o assentamento desse pessoal por volta do ano de 1982. Naquela época, é bom que se explique, que se fala nesse lugar, que o Incra ia lá, fazia uma picada, demarcava uma área, mas ele não abria estrada. Ele solicitava aos moradores, às pessoas que tinham interesses na área, de adquirir uma área de terra e reunia um dia, levava todo mundo lá dentro. Dizia: "Esse é o seu lote. Esse é o seu lote. Esse é o seu lote." E o que acontece? Ele não fazia estradas, ele não fazia abertura de estradas, simplesmente estava demarcando, com o marco do Incra. Era assim que se trabalhava na época.

Isso ocorreu até o ano de 1990. O Incra intensificou o assentamento dessas pessoas lá dentro, porque muitas pessoas tinham abandonado a terra. Algumas das pessoas haviam abandonado os lotes por não conseguirem abrir, porque não tinham ajuda do Poder Público. O Incra não ajudava na época. A pessoa entrava ali e passava uns dias lá abrindo, porque, sem condições financeiras. E ele abria uma pequena área, voltava para casa; para a cidade; depois, na semana seguinte, voltava ali de novo e passava uns 2 ou 3 anos para poder fazer uma abertura, uma casinha, para começar a cuidar da sua área. Então, por essas dificuldades, muitas pessoas não conseguiram abrir os seus lotes.

No ano de 1990 a 1994, o Incra intensificou o assentamento dessas pessoas e ele levou várias famílias para aquela área. E eu tenho relato de pessoas, de senhores que estão lá, com mais idade, que disseram assim: "Olha, nós viemos num caminhão". Um outro senhor, lá, o senhor

Francisco, dizendo: "Eu vim numa caçamba vermelha que o Incra alugou, que o Incra arrumou - não sei -, e colocaram as minhas coisas aqui na frente do meu lote". E na época, era uma picada e foi só aberta aquela picada, eles entraram lá e levaram essas pessoas para dentro. No ano de 90 até o ano de 94, então, as pessoas ainda estavam ali no Incra, fazendo as suas declarações de posse; informando ao Incra que estavam dentro daquela área; outros já estavam em processo de titulação.

No final da Linha C-10, nós temos 2 lotes que estão titulados. É bom que se entenda que as pessoas sitiadas, elas têm uma mentalidade de que, uma vez que o Incra colocou elas em cima da terra e fez lá um papel, e deu para elas uma Declaração de Posse, já quer dizer que aquilo é o título definitivo delas. A maioria das pessoas, por desconhecer a lei, por desconhecer como é que as coisas funcionam, elas se apegam com aquele papel como se fosse um documento definitivo da área delas. Então, havia muitas pessoas com esse mesmo pensamento, esse mesmo propósito. Até o dia de hoje, lá dentro, nós temos pessoas com esse pensamento.

Então, o que acontece: no ano de 1995, nós fizemos assim, montamos uma associação, a Asprolic-10. Ela foi criada no ano de 1995. No ano de 96, o Incra, ainda no início do ano, colocou pessoas dentro daquela área. Ainda deu Declaração de Posse dentro daquela área. É importante que se diga que muitas pessoas concluíram, chegaram ao final do processo de assentamento e conseguiram os seus títulos da terra. Parte dessas pessoas ficaram somente com a Carta de Declaração de Posse. Nem todos pegaram o título definitivo, porque, de certa forma, não correram atrás, não foram no Incra e enfim, eles não conseguiram.

No ano de 1996 - se não me falha a memória -, no mês de outubro - se eu não estou enganado -, o Governo do Estado, através do Planaflores (Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia), criou a Reserva Estadual de Rendimento Sustentável Rio Madeira B, em cima dessas pessoas que tinham sido assentadas. É importante que se diga, neste lugar, que o Incra informou ao Governo do Estado, que solicitou aquela área para a criação da Reserva, que havia pessoas que estavam tituladas e havia pessoas que estavam em processo de titulação. Ou seja, o Governo, quem criou isso na época, tinha ciência, de que havia pessoas que o Incra tinha informado que ocupavam, tinham posse passiva dentro daquela área e que havia um processo de titulação.

Quando se criou a Reserva, no ano de 96, as pessoas que estavam ainda correndo para titular os seus lotes, não podiam mais titular, foi parado o processo de titulação; o Incra informou às pessoas que tinham sido tituladas - vamos dizer assim, se concretizado dentro daquela área -, e é importante que se diga, que a maioria das pessoas que têm título dentro daquela área, são pessoas que estavam mais próximas da BR-319 ou do rio Madeira. Por que isso? Porque as pessoas tinham mais facilidade para acesso. Para quem estava a uma certa distância da beira da BR, a dificuldade era bem maior, por isso encontrou grande dificuldade para poder fazer a abertura daquela área.

É bom que se diga, que no ano de 1995, aproximadamente, o Batalhão do 5º BEC (Batalhão de Engenharia de Construção) abriu 17 quilômetros na Rio Madeira, na Linha C-10. Ele abriu, aproximadamente, de 15 km a 17 km, para extrair um cascalho que tem lá no meio da Linha. O objetivo do BEC fazer essa abertura no meio da estrada, era para retirar esse

cascalho, para fazer um encascalhamento da BR-319, que liga Porto Velho a Humaitá.

Quando nós nos deparamos com a criação da Reserva, nós só ficamos sabendo que havia sido criada a Reserva Rio Madeira - isso no ano de 2007 -, através de uma ação da Sedam - na época, era o Governador Cassol -, e a Sedam bateu ali dentro, no ano 2007, informando a todo mundo que tinha prazo de 15 dias para desocupar a área, porque aquela área era uma área de Reserva e pertencia ao Estado de Rondônia e nós estávamos no lugar errado.

Eu lembro de que quando eu cheguei naquela Linha, há alguns anos atrás, a Linha C-10 parava num picadão. Nesse picadão, quando a gente chegava na beirada desse picadão, nós descíamos em torno de 1000 e poucos metros para a direita, em direção ao rio Madeira. Nós nos deparávamos com uma placa imensa. E aquela placa dizia o seguinte: "Esta área pertence ao Exército Brasileiro". Ou seja, a Linha C-10 não entrou mais para dentro da selva, porque nós entendíamos, que aquele picadão era marcação da área da Reserva do Exército. A gente respeitou. "Não, isso aqui é área militar, é uma área do Exército". E atrás dela, nós sabíamos que havia o lago do Cuniã. No entanto, para surpresa nossa, foi dito que aquele picadão que a gente tinha e existia essa placa, até pouco tempo, depois, acho que de alguns anos para cá, alguém levou essa placa embora. Eu creio, eu não tenho certeza, mas alguém que conhecia a história, porque essa placa não existe mais lá, essa placa dessa área que pertencia ao Exército Brasileiro. Ou seja, para nós, nós tínhamos certeza de que aquele picadão ali, demarcava a área do Exército e que nós estávamos dentro da nossa área demarcada pelo Incra.

Para a nossa surpresa, no ano de 2007, através da Sedam, houve essa ação lá dentro da Linha e muitas pessoas, olha, foi uma barbaridade. Deram 15 dias para as pessoas desocuparem a área, tudo pessoas iletradas, pessoas que não têm conhecimento. Eu mesmo fui uma das pessoas que corri aqui na cidade, procurei – meu Deus do céu, como que chamam ali os padres –, a Pastoral da Terra. Eu procurei a Pastoral da Terra e eles me orientaram, para a gente procurar um advogado, alguma coisa assim, parecida, nesse sentido. E eu falei para os moradores lá: “Vocês não podem sair. Isso aqui é só uma carta. Uma ordem, para vocês desocuparem a área, mas isso aqui não tem, não é a Justiça que está mandando.” Mas assim, as pessoas, por desconhecerem documento; leis; direitos e deveres, o que acontece? Eu conheço um senhor lá dentro, que em uma noite, matou 12 vaquinhas de leite que ele tinha. Em uma noite, ele matou 12 vacas e trouxe tudo para rua, porque ele iria perder. O camarada estava dizendo: “Oh, em 15 dias se vocês não tirarem, nós vamos entrar aqui e vamos quebrar tudo e vamos matar os animais de vocês, e vamos tirar daqui.” E aí as pessoas entraram em desespero. Isso aconteceu na Linha C -10, no ano de 2007, a gente não está tão longe dessas coisas. E isso aconteceu lá na C-10.

Então, uma luta, um transtorno muito grande. E eu me recordo aqui, que tem um senhor, o senhor Feliciano; tem o Senhor Anastácio, pessoas idosas que tem lá dentro. Todas as vezes que a Sedam batia na casa dessas pessoas, essas pessoas vinham bater na rua, porque dava um problema sério de pressão alta, a pessoa passava mal, inclusive, até agora há poucos dias, morreu uma senhora lá, a senhora do Seu Feliciano.

Então assim, para nós, a gente vê assim, é um descaso, uma falta de amor ao próximo, porque, às vezes, a gente não entende o porquê que a Sedam, de 2 em 2 anos troca de

Secretário. Aí entra um outro camarada e ele diz assim: "Rapaz, eu tenho que conhecer essa história, que eu não conheço nada de vocês." Ou seja, não conheço nada de Rondônia. Eu acho que quando a pessoa começa a se inteirar da coisa, o que acontece? Eu não sei se por esperteza, eu não sei o que acontece, mas o certo é que eles tiram, retiram esse Secretário e colocam uma outra pessoa. E a pessoa é alheia, para ele nós somos invasores; aí aparecem os fiscais da Sedam dentro da área, chamando a gente de invasor, trazendo para nós uma humilhação sem igual.

Olha, o meu tio - eu tenho um tio, ele mora no final da Linha, o tio Damião -, ele está tão desmotivado, que o tio criava galinha, o tio tinha um pasto. O tio plantava macaxeira; tinha verdura, horta; e o tio parou, ele disse: "Meu filho, eu não quero mais mexer com nada disso não, porque uma hora eles vão chegar aqui e vão quebrar tudo. E eu vou levar o quê? Não, não quero." Ele perdeu a motivação de viver, de cuidar do que ele tem. Se você for lá no tio hoje, ele só cuida do terreiro dele, nem horta ele não planta mais. E não é só ele não. Tem muitos, e muitas pessoas de idade lá, passando por essa mesma situação.

Então, eu pediria a esta Casa - Assembleia Legislativa -; ao Governo do Estado: nós não somos invasores; nós não somos bandidos; nós somos pessoas do bem; cidadãos que vieram para essa terra para desbravar Rondônia. Eu lembro quando meu pai - eu era criança, tinha 4 ou 5 anos de idade -, eu vi meu pai falando isso e disse: "Nós estávamos em São Paulo, quando nós ouvimos no rádio tocar e dizer que o Governo iria, para não entregar o Amazonas, o Governo queria integrar as pessoas, os sitiantes naquele lugar.

E o sonho era conseguir a terra própria. Meu pai chegou em 1970, meus avós chegaram em Presidente Médici. Meu pai chegou em 1972 em Rondônia. Então, assim, eu nasci no Mato Grosso, cheguei aqui com 5 anos de idade. A vida toda, vivi lutando para que as pessoas adquirissem os seus direitos de ter a sua terra, o seu lugar para plantar e isso é muito importante na vida do ser humano.

Então, eu pediria às pessoas que podem nos ajudar, ao Ministério Público; ao Governo do Estado; a essa Casa - na qual a gente é bem recebido neste lugar -, que nos ajudem, que nos ajudem a lutar por aquilo que é nosso. Nós não queremos nada, a não ser a liberação da área que nós ocupamos. A não ser a liberação da área que, hoje, nós estamos lá e nós não estamos lá de agora. Nós estamos lá desde o ano de 1981, 1982, outros chegaram nos anos de 1990, 1994, 1996 e nós estamos lá, lutando, para a melhoria daquele lugar. E a gente chega muitas vezes nos lugares e o entendimento que se tem, é que nós somos invasores, que nós não somos pessoas do bem.

E pedir aqui... Um dia eu estava conversando com um fiscal - ele tinha um policial civil do lado -, e ele chamando a gente de bandido, de invasor - até com a arma na mão -, e eu falei para ele, naquela oportunidade: "Mas o senhor nem conhece a nossa história e o senhor já vem com uns palavreados desses, tão feios". E ele disse: "Eu conheço bandido quando eu olho para ele". Aquilo para a gente fere até o dia de hoje, quando eu lembro disso. Isso dói no coração, isso dói na alma da gente.

Essa é a minha fala, nessa manhã, aqui neste lugar. Pedir que o Ministério Público, que os órgãos que possam nos ajudar, que venham somar conosco. A gente só quer resolver

a nossa questão. Nós não queremos um palmo a mais nem a menos, a gente só quer ter direito naquilo que nós tínhamos ali.

O meu pai tem uma área de terra. Ele chegou ali no início daquela Linha, há um bom tempo atrás. O meu pai morreu em um acidente no 23, ele se acidentou e o acidente dele se agravou. Ele e a minha mãe sofreram um acidente, bateram na traseira de um trator, indo para esse bendito desse sítio. A minha mãe até hoje puxa de uma perna, tem um problema sério na face, devido a esse acidente. E eu tive que deixar o sítio, deixar o lugar, para poder vir para a cidade, para cuidar da minha mãe, para trazer os meus filhos para estudar.

Eu quero relembrar aqui, que no ano de 2004, 2005, nós tínhamos uma escola lá no Km 9, da Linha C-10. Havia uma escola; classe; professores, naquele lugar. Hoje não existe mais porque não é permitido, mas já houve isso lá, no passado. Isso eu estou trazendo à tona, para que vocês tomem ciência de que, verdadeiramente, aquele lugar foi um lugar onde o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) assentou as pessoas e essas pessoas têm lutado e relutado até o dia de hoje.

Eu admiro muito as pessoas que têm lá - é o caso do senhor Joaquim; senhor Francisco; o meu tio Damião; meu tio Geraldo e outros moradores que têm lá dentro -, porque apesar das dificuldades, chega o inverno eles ficam intrafegáveis, eles não conseguem andar lá dentro. Chega o verão, a estrada toda esburacada; não tem cascalho; não se libera para a gente fazer um patrolamento; fazer uma melhoria na estrada, mas eles não desistem. Eles não desistem.

Eu quero pedir, encarecidamente, eu acho que a Assembleia Legislativa, se ela conversar com a Sedam, chamar o Ministério Público, esses órgãos que podem nos ajudar, para que nós possamos fazer pelo menos a manutenção dessas estradas. Uma época a Sedam colocou uma barreira, no ano de 2012, a Sedam colocou uma barreira no Km 7, nós entramos com advogado e o advogado, através do juiz, veio uma liminar, que nos dava o direito de ir e vir, dentro dessa Linha. Então vocês vejam, é uma história que até para você levar comida para os seus animais, a gente teve que correr com a Justiça.

Tudo o que tem ali dentro, de cascalho, de abertura, boa parte fomos nós, os moradores, que fizemos isso ano a ano. Ano a ano, uma coisa muito árdua. É desumano o que nós vemos, que esse Estado, às vezes, tem feito conosco e nós amamos esse Estado e lutamos por ele. Nós temos trabalhado e ganhado com honestidade o nosso pão de cada dia.

Essa é a minha fala. Quero agradecer a oportunidade que têm me dado, de poder expressar com gratidão essa fala. Relembrando aqui, eu lembro que nós temos uma, nós mandamos um ofício para o DER (Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes), no ano de 1995, pedindo que o DER fizesse um patrolamento até o Km 17 da nossa Linha, porque o restante da Linha, ainda não havia possibilidade de fazer a manutenção com uma máquina.

Eu lembro que o Deputado Ribamar Araújo, quando ele era Secretário da Semagric - fazer jus aqui e agradecer às pessoas que tem nos honrado -, o Deputado Ribamar Araújo nos ajudou a destocar parte daquela área ali. Porque o deputado não sabia que aquilo era área de Reserva, pelo menos eu acredito nisso, não é deputado? Mas foi uma pessoa muito valente, que nos ajudou e ajudou muito os agricultores ali

da Linha C-10. Eu fico muito grato, Dr. Ribamar, pela sua coragem, pela ajuda que o senhor tem nos dado; também ao Deputado Chiquinho da Emater, é uma pessoa que tem somado conosco.

E hoje os deputados desta Casa, de certa forma eles têm somado conosco, mas a gente pediria mais a esses deputados. Deputado, a Rio Madeira B, começa a 17 quilômetros de Porto Velho, está dentro desta Casa, praticamente. Coisa fácil para resolver. Digo fácil, porque tem poucas pessoas, eles estão todos mais ou menos em um canto da área, o restante da coisa está tudo intacto. Se houver bom senso, se houver amor ao próximo, eu creio que dá para a gente resolver isso, sem trazer maiores danos. Porque o maior sonho nosso é a gente ter sossego naquilo que a gente está fazendo, para que não venha acontecer o que está acontecendo lá com o tio. Eu olho para o meu tio e eu vejo nele: "Meu filho eu não tenho coragem de fazer mais nada nesse lugar, porque as minhas forças se foram aqui". Essa é a minha fala e eu agradeço a oportunidade nessa manhã. Obrigado.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER (Presidente) - Obrigado, Pastor Wilson Cassiano Pontes, fez um relato com muita profundidade de toda a situação, conhece a fundo essa situação de muitos anos. Parabéns pastor, pelo pronunciamento que o senhor fez aqui.

Eu queria também aqui, já saudar o Renato, lá de Pimenteiras, que está aqui com a gente; o Fernando, que mexe com energia - que é do Conselho Estadual, representante do Governo Federal junto à Energisa aqui. Fernando, eu preciso

que você cuide desse pessoal aí, entendeu? Da Linha C-01, C-02, C-03... Uma parte foi feita e o restante ainda está para ser feito, que o senhor cuide lá com a Energisa. De repente, vamos marcar uma audiência lá com o presidente, para a gente tratar desse assunto, Adelson, sobre a energia lá do nosso povo.

Queria agora também convidar o senhor José Guedes Neto, que é presidente da Asprolin, da Linha C-30. Está com a palavra, Senhor José Guedes.

O SR. JOSÉ GUEDES NETO - Bom dia a todos do Plenário, primeiramente, porque dependemos desse povo que está aqui, não é? E aqui também felicitar à Mesa, em nome do Deputado Ribamar Araújo. Agradecer essa oportunidade, Deputado Chiquinho da Emater; Dra. Eva Lídia, aqui presente conosco. Como o Pastor Wilson já falou - uma pessoa que está nos acompanhando nesse processo, conhecendo toda a demanda das reivindicações. E com isso, iniciar aqui essas poucas palavras que eu tenho aqui, só para complementar algumas situações que o pastor já colocou aqui na mesa. Correto?

Eu gosto muito de lembrar a questão da TP 06/81 (Tomada de Preço). O que é que eu quero relembrar? A TP 06/81 é a tomada de preço que inicia todo o processo da questão Rio Madeira B, do assentamento da reforma agrária, na Cuniã. Ou seja, lá na frente, o Incra vai dizer que não tem interesse na área. Mas por que não tem interesse na área? Se ela iniciou com o processo, ela assentou pessoas, ela levou pessoas para lá, o Incra levou. Eu diria até que jogou as pessoas lá, no sentido que foi colocado, essas pessoas foram jogadas. Foram jogadas com o menor... fazendo um descaso até, de uma infraestrutura, que não existia no momento.

De repente, a gente vê, com a TP, foi feito todo o loteamento, onde eu vou colocar sempre a questão C-30, que é a minha localidade. Na C-30, nós temos lá, na Rio Madeira B, todos nós conhecemos o mapa, nós estamos no extremo norte da Reserva, estamos ali em 2 lotes. Nós temos 2 lotes ali, que na época era chamado de "Lotão". É o Lote 132 e o Lote 133, que foi feito esse mapa com a TP 081 e foi todo mapeado. Ficamos nesse mapa, certo? Com esse mapa, logo em seguida, houve o desmembramento das pessoas. Ou seja, os proprietários desses lotes 132 e 133, eles desmembraram. Desmembraram essa área, "reloteando", passando essa área para as pessoas que hoje estão lá. Inclusive, quando se fala nesse lote, nesse mapeamento, nós temos conhecimento, nós temos conhecimento que existia na década de 90, no início de 90, existia até manejo. Manejo aprovado pela Sedam. Aprovado pela Sedam, já em início de retirada da madeira.

Quando, de repente, em 96, é criado o Decreto 7600/1996, criação da Reserva e foram retiradas todas essas máquinas do proprietário. Teve um prejuízo muito grande na época. Um prejuízo muito grande. Inclusive, a ciência que eu tenho, é que logo em seguida, esse cidadão teve um infarto, 10 dias depois. Dez dias depois dessa situação, esse cidadão teve um infarto e morreu, de tanto prejuízo, tanta preocupação que ele ficou. É mais um caso da situação, desse Decreto 7600/1996 da... Eu não tenho nem palavras para dizer assim da situação tão horrível, tão chateada que foi.

Com isso, a gente fala na questão de documento, como o pastor citou: Título Definitivo, Declaração de Posse. Antes, no meu tempo, tinha Carta de Anuência. O Incra levava em um processo de assentamento, até 10 anos para soltar uma carta de anuência. Declaração de Posse era quase que imediata. Que é o que foi feito na Reserva, na Gleba Cuniã, que foi feito

na Gleba Cuniã. De repente, hoje, nós temos uma cedência em 2000, foi cedida essa área para o Estado, decreto criado em 96. A área só foi de fato cedida para o Estado em 2000. No ano de 2000, onde o Incra fala que não tem mais interesse na área. Mas espera aí, vamos entender.

Em 1996, é criado o decreto, só em 2000 que o Incra vai falar que não tem interesse na área? Só em 2000? E esse tempo que o povo estava lá, que o povo foi colocado lá dentro, que o povo estava trabalhando, que o povo estava vivendo, que estava... Enfim. Até hoje nós não temos uma resposta. Até hoje nós não temos uma resposta, o que seria no mínimo, no mínimo, para o nosso entendimento, o Estado chegar lá - ele teria 5 anos para fazer isso, já que o Estado tinha ciência que lá existiam pessoas -, o Estado teria 5 anos para chamar essas pessoas e fazer um acerto. Qual seria esse acerto? Ou indenizar ou realocar essas pessoas. Ao contrário, o Estado simplesmente virou as costas e só foi lá, já em 2007, já com repressão, para retirar as pessoas lá de dentro. Um descaso muito grande.

Aqui, eu reforço o pedido do Pastor Wilson, que esta Casa - pela oportunidade que está nos dando, de termos a voz, de falarmos, de ter a nossa representação, - de intervir. Intervir, realmente, em nosso favor, como nós conversamos, colocando documentos, fazendo o pedido ao Governador. Só ele tem a prerrogativa, só o Governador tem a prerrogativa de revogar o Decreto 7600. A gente tem esse pedido, de revogar esse decreto. E revogar como? Não a integralidade, não o total da área. A gente tem o pedido de revogar o decreto total, lógico, mas, automaticamente, cria-se um novo decreto, onde absorve o restante da área. Ou seja, libera a área onde nós estamos, regulariza e o excedente ou

a sobra, não é? A sobra dessa área, é gerado um novo decreto, para permanência.

Inclusive, nós, como representantes, temos uma conversa que nós mesmos seremos o guardião da área. Nós mesmos. As pessoas que lá estavam, permanecem, regularizadas. E, nós mesmos - as associações -, fazem o trabalho de cuidar da área, não deixar que ninguém mais entre na área e faça invasão. Enfim, é um trabalho que a gente pensa e tem como fazer, esse acordo. É mais ou menos nesse sentido, o meu pensamento, a minha situação. Até porque, já sofremos demais. Já sofremos demais quando em 2017... Em 2014, foi suspenso aqui por esta Casa, foi suspenso o Decreto 7600/1996, passando essa área a não ser mais uma Reserva, vamos dizer assim, houve uma ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade), o Ministério Público recorreu. Quando em 2017 - em 2014 foi suspenso -, em 2017 voltou a ser Reserva. O que o Estado fez? O que a Sedam fez? Automaticamente, já começou a notificar todas as pessoas desde a C-01 à C-30; da C-01 à C-30. Aí sim, um prazo de 30 dias para que todos saíssem da área novamente.

Nós fizemos uma grande movimentação. Partimos para esta Casa em 2017, conseguimos adiar por algum tempo, mas não conseguimos parar o trabalho da Sedam. A gente entende que o trabalho tem que ser feito, a fiscalização tem que ser feita, mas, pelo menos, respeitando as pessoas que lá estão. Quando em 2017 - que eu estou citando aqui, 2017 -, houve toda aquela quebradeira, residências e mais residências foram derrubadas; foram quebradas; foram destroçadas. Houve um tumulto muito grande. Inclusive, plantações.

Meus amigos, eu quero pedir a vocês o seguinte e que vocês reflitam: qual é o trabalho da Sedam? Não é preservar

o meio ambiente? Por que em uma ação dessas, eles vão lá e cortam mangueira, bananeira, enfim, plantações que estão ali na nossa região, castanheira? Diversas plantas que eles fizeram isso. Nós temos como provar. Estamos falando aqui, do que a gente pode provar. Provar com fotos, com vídeos que nós fizemos, toda uma situação lamentável. É lamentável. E você procura um responsável, não tem. Eles negam que tenham feito isso.

Infelizmente, a gente fica pensando na questão que somos menores, nossa voz é lenta, nossa voz é baixa, a gente não consegue ter uma voz. Mas, graças a Deus - em primeiro lugar -, em segundo, ao Deputado Ribamar Araújo, que vem nessa luta conosco há muitos anos. Agora, como o pastor falou, o Deputado Chiquinho da Emater está inserido também nesse processo, nos ajudando, somando. A nossa voz começou a ser ouvida. Ela começou a ter um eco maior. E é o que eu digo a todos vocês aqui, com a presença de vocês, com a união de todos, é que nós vamos chegar no objetivo, que é termos, de fato, o nosso pedacinho de terra, com união, para terminar de criar nossos filhos. São essas as minhas palavras. Muito obrigado.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER (Presidente) - Muito obrigado, Senhor José Guedes Neto, Presidente da Asprole. Falou com muita competência. Conhece profundamente toda essa situação, que vem se arrastando por muito tempo.

Dizer a todos os presentes, informar, que esta reunião está sendo filmada e, também, está sendo documentada pela Taquigrafia. Esta Audiência vai ser encaminhada para todos os órgãos, para o Governador do Estado; vai ser encaminhada para o Incra; vai ser encaminhada para o Ministério Público Federal, enfim, para todos. Para a Sedam; para todos os

órgãos competentes, para mostrar que ali moram pessoas, ali o Incra assentou pessoas e está faltando respeito para com o produtor rural daquelas Linhas ali, queimando as suas casas, destruindo plantações, uma coisa totalmente desumana. É uma coisa, Deputado Ribamar Araújo, que não pode ser de Deus, que Deus, com certeza, está ao lado do povo, porque Deus sabe, que as famílias que estão ali, estão apenas querendo criar suas famílias, querendo produzir e alimentar esta Nação Brasileira. E querem proibi-los.

Eu acho que o José Guedes falou ali, só queremos uma parte. A Reserva todinha são 52 mil hectares. Queremos apenas uma parte, onde as pessoas foram assentadas. E o Governo não teve o respeito. Se queria dar para a Reserva, porque não indenizou o povo? Como é que chega lá e tira o povo de qualquer jeito? Então, esta Casa não aceita esse tipo de coisa. Não aceitamos, não fazemos parte disso. O que nós queremos, é que o povo fique lá, produzindo. Então, tem que respeitar o produtor rural.

Dra. Eva, vou deixar a senhora para mais tarde. Vamos logo ouvir todos os nossos presidentes de Associações. Adelson Alves, Presidente da Asproniã. Através do senhor, já estive lá em um domingo a tarde, já estive lá 2 vezes. O senhor que me convidou para ir lá na sua Linha, onde o pessoal está ali, acampado, porque a Sedam não deixa entrar. Colocaram até uma porteira ali, infelizmente. Então, passo a palavra para o senhor, que conhece tão bem essa situação, de muitos e muitos anos. Está com a palavra.

O SR. ADELSON ALVES NAZARETH - Mas também quero agradecer a Deus, primeiramente, por estarmos aqui, não é, por mais esse momento, para nós podermos levar ao conhecimento das autoridades o que nós estamos passando e quero, em nome do Deputado Chiquinho, em nome do Dr. Ribamar Araújo, que tem sido parceiro, agradecer a todos vocês que se fazem presentes: tanto da C-10, da C-30, da C-01, da C-02, enfim, da C-05, todas as pessoas que aqui estão.

Quero agradecer também, aqui, aos nossos amigos, parceiros, que vêm lutando juntamente conosco aqui, incansavelmente - que são esses presidentes guerreiros -, que vêm lutando no sentido de poder dar veracidade àquilo ali; e dizer, gente, que é muito lamentável nós, em pleno século 21 - que nós estamos vivendo -, onde um agricultor simplesmente, está pedindo encarecidamente que ele tenha seu pedacinho de terra, para tirar o sustento dos seus filhos, tirar o seu pão de cada dia daquele local. E as pessoas se acharem no direito, por pensarem no financeiro, por pensarem em política - essa é a realidade no nosso País, estar vivendo desse jeito -, enquanto temos vários políticos como estes que estão aqui, lutando por nós, a maioria está lutando para ter financeiro. E as pessoas estão sofrendo.

E eu digo isso, senhores, com propriedade de causa. Eu digo e respondo perante o Judiciário, em qualquer lugar que me chamarem, eu vou, para responder. Porque ali, o que aconteceu, Deputado Chiquinho, é lamentável. É lamentável. Hoje nós vemos isso acontecendo, como está aí o nosso amigo aí que conhece, o Pastor Wilson, que conhece, o José Guedes que conhece perfeitamente, até melhor do que eu, porque eu cheguei ali em 2013; mas até então, quando eu cheguei, eu já conhecia a história de vocês. Quer dizer, vocês já vinham lutando. E até então, eu comecei a ver as pessoas demarcando,

cortando picada, eu falei: "Mas isso está errado. Essas pessoas, a Sedam cortando picada. Gente, entra na Justiça".

O que aconteceu, o Deputado Ribamar Araújo, tanto quanto o Deputado Chiquinho da Emater e todos os presidentes sabem disso, que nós entramos naquela época numa competência errada. Por quê? Eu não sei se foi por falta de entendimento, tanto da parte das pessoas que estavam à frente, que colocaram no Estado. Acho que não sabiam que a área era Federal. Hoje, Deputado Chiquinho, nós estamos numa área Federal, que não é jurisdição do Estado. Então eu digo com propriedade de causa: as pessoas têm que respeitar porque ali é uma área Federal.

Até então, Deputado Chiquinho, aquela época em que o senhor nos visitou lá, que nós estávamos acampados, eu tinha, recentemente, feito uma denúncia, junto ao Ministério Público Federal, onde eu juntei, através da C-10 – que também nos ajudou muito –, que eu peguei documentação de todos, que esses documentos que eles estão falando de documento do Incra que foi dado da época, 162 páginas de documentos que nós montamos e protocolamos junto ao Ministério Público Federal – de documentos que o Incra entregou para as pessoas, onde estavam: títulos; onde estava carta de anuência; declaração; onde estava declaração para licença maternidade; tanto para aposentadoria. E isso, nós voltando a juntar todas as coisas, onde que está a responsabilidade de um órgão, o Incra, que é federal, que hoje também está sendo – eu tenho que dizer, Dr. Ribamar – que também tem que ser feito uma sindicância pelo Ministério Público Federal junto ao Incra, porque o Incra está manipulado pelo Senhor Raupp – que foi o criador e mentor daquela Reserva, onde ele pegou R\$ 54 milhões, para poder criar aquela Reserva.

E digo isso porque eu não tenho medo do Senhor Raupp, eu não tenho medo de ninguém; eu tenho que falar a verdade e assumo isso em qualquer lugar que eu estiver, porque eu estou aqui do lado do povo. É o povo que trabalha, é o povo que luta no sentido de poder ter o seu pão de cada dia. Então isso é inadmissível. Onde a pessoa faz um negócio desses, prejudicando as pessoas? Se lá ao menos tivesse mata. Não tem, gente. Lá você não encontra mata. Eu até falei agora pouco com o Dr. Ribamar, que nós gostaríamos, Deputado Chiquinho, de ter um drone para sobrevoar toda aquela área, tanto da C-10 para cá; sobrevoar aquela área, fazer um documentário para mostrar que ali não existe mais mata; e as poucas matas que restam, Deputado Chiquinho, estão queimando todos os anos irresponsavelmente.

Recentemente, estive a Senhora Bete, da Sedam, juntamente com os policiais da Ambiental, e passava lá e dizia assim: "Seu Adelson está em casa?". Respondiam: "Sim, tá lá"; passava para lá. Ela perguntava: "Seu Adelson está em casa?". Respondiam: "Sim, tá lá"; passava para lá e não chegava lá em casa. Eu falei: "Eu vou parar essa mulher, porque se ela quer saber o que eu...". Parei ela lá e disse: "O que você quer comigo? Você passa, pergunta se eu estou aqui, nunca fala comigo". Ela disse: "Não, Senhor Adelson, eu não falei isso". E eu falei: "Você falou, sim, que a pessoa veio aqui, disse que você está falando isso". E ela disse: "Não, não falei. Agora, Senhor Adelson, eu tenho que dizer que o senhor está com um problema". Eu falei: "Por que eu estou com problema?". Ela disse assim: "Você está com problema, porque o senhor fez uma documentação – claro, eu vi sua documentação –, você protocolou junto à Sedam e nós temos as cópias. Só que o senhor pegou as pessoas e colocou acampadas. E agora o senhor pegou as pessoas, irresponsavelmente, e colocou nas terras.". Eu falei: "Oh,

eu não estou acreditando que eu estou ouvindo da sua pessoa isso, você sabe por quê? Porque eu quero dizer para você, que nós já acampamos ali, simplesmente, por vocês terem entrado iniciando um reflorestamento em uma área que está na justiça. Uma vez estando na justiça, se vocês não podem mexer, nós também não podemos, mas vocês iniciaram um reflorestamento ali". E começou com uma viatura. Já estava com 10 viaturas de ONG, tanto quanto polícia acompanhando, para fazer o reflorestamento. Nós voltaríamos para lá quando? Porque eles iam entrar na área e isso é inconstitucional. Se algo está na justiça, ninguém pode entrar na área. Porque nós estávamos pleiteando, apesar de estar pleiteando no Estado - quanto à área Federal -, mas eles também são Estado, e são submissos ao Estado.

Até então, onde eu quero chegar? Quando eu entrei no Ministério Público Federal, eu coloquei todas as veracidades, falei dos milhões que foram pegos do Exterior, para criação daquela Reserva - onde as pessoas já estavam. Tanto quanto, também, quando eu vim aqui na cidade depois dela ter me falado isso, procurei um advogado - que é o Dr. Giovane -, pedi para que ele puxasse aquele processo - Deputado Ribamar, juntamente com o Deputado Chiquinho -, eles puxarem aquele processo, que é o que está na justiça, não é? Ele puxou o processo. Sabe como está o processo? Parado, sem nenhuma movimentação por parte do advogado que estava mexendo.

E pegou o dinheiro das pessoas, dizendo que colocaria as pessoas de volta lá em 90 dias - estão todos os presidentes aqui, que são testemunhas do que eu estou falando -, em 90 dias. Está aí você, não é, Donizete, que sabe disso. Em 90 dias. E ele não colocou as pessoas. Quando as pessoas diziam: "Meu amigo, o senhor falou que eram 90 dias, nós já estamos

com quase 1 ano; eu vou voltar pra lá". Ele respondia: "Você pode ir, mas se você for para lá e for preso lá, eu vou cobrar R\$ 2 mil para tirar cada um". Você já pensou um negócio desses?

Então, juntando uma coisa com a outra, o primeiro advogado foi vendido; o segundo se vendeu, o terceiro advogado – que é esse – também, para mim já se vendeu, porque o camarada nem o processo olha. E eu pedi que o Dr. Giovane olhasse, foi lá e disse que está parado o processo. O que está acontecendo? Porque ela disse: "O juiz mandou nós virmos aqui e pedirmos a qualificação dos agricultores". E começou coagindo as pessoas – quando eu te procurei e o senhor falou: "Eu vou falar com o Secretário", não é? Também fiz a denúncia. E aí eu perguntei, assim: "Vai lá e procura pra mim"; ele foi lá, procurou e disse: "Adelson, o processo tá parado. E outra coisa, não teve nada de pedido de juiz para fazer nada, simplesmente a Sedam fez um Ofício pedindo para que a Excelência levantasse o processo, para eles colherem provas no processo", provas essas, Deputado Chiquinho, que são contra nós. Ou seja, eles querem a área por qualquer custo, eles não querem que a gente fique lá, que esses agricultores fiquem nesse local.

Então, o que eles estão fazendo? Eles vão lá, estão coagindo as pessoas, metendo armas em pessoas, lá – que eu tenho testemunha, quantas pessoas estão aqui, que eles meteram armas em pessoas, colocaram com a mão na parede pedindo documentação. "Mas por que você quer documento?". Ele responde: "Não interessa". Pede a documentação. O que ele coloca: "Essa pessoa está aqui fazendo crime ambiental, está fazendo isso; está ateando fogo, está tirando madeira". É tudo o que eles querem, nos prejudicar para trazer esse documentário na mesa do juiz, entregar lá e dizer assim:

"Está aqui, Excelência. Está acontecendo isso, isso e isso. Dê uma liminar logo, Excelência. Dê uma liminar para arrancar essas pessoas". É isso que eles querem.

Até então, já pensando no que eles podem fazer, pedi para o advogado, na terça-feira, já entrar com o pedido para esse juiz - que está com esta causa -, para quê? Para que ele possa olhar e entender que a nossa área - a que nós estamos pleiteando, é Federal -, porque talvez ele nem saiba, Deputado Chiquinho. Aí ele chega lá, vai induzir o juiz a dar uma liminar. O juiz dá uma liminar simplesmente sem saber o que ele está fazendo. Se a área é Estadual - porque a Sedam é do Estado - e pode prejudicar centenas de pessoas, que estão lutando pela sua sobrevivência naquele local. Então, isso é muito sério.

Então, eu quero ver se um juiz, a partir do momento que ele ver toda a documentação, a envergadura do documento do Ministério Público Federal - no qual foi protocolado -, se ele vai dar uma liminar, em cima dessas pessoas. Eu não acredito que nenhum magistrado desse País que se preze, que foi formado, faça esse tipo de coisa, tendo conhecimento de causa daquilo que ele está julgando. E sabendo, que são as pessoas das mãos calejadas, que trazem o alimento para mesa do senhor juiz; para mesa do senhor Governador - independente de classe social, todos comem arroz, feijão, todos comem pepino. Todos eles usam os frutos da agricultura familiar. E em plena recessão que nós estamos vivendo; e em plena recessão que nós estamos vivendo, senhores, 70% da economia desse país, sai das mãos das pessoas das mãos calejadas, da renda familiar.

Infelizmente, nós temos que viver isso: sendo massacrados pelas pessoas, que não dão o reconhecimento

necessário àquelas pessoas que lutam. Então, eu quero que esse juiz, quando ele pegar essa petição do nosso advogado, ele vai ler, ele vai analisar. "Quer dizer, que isso aqui é Federal? Por que nós estamos nessa causa até hoje? Se é Federal, deixa que o Poder Público Federal, resolva a situação." Então, eu penso dessa forma que qualquer magistrado faria isso, não é isso? Então, eu acho que ele não sabe nem do que se trata. Mas a partir dessa semana ele vai ficar sabendo o que está acontecendo e eu espero que as nossas autoridades tomem providências, porque nós não vamos sair daquele local, entendendo que é uma área Federal - a menos que o Poder Público Federal, dê uma liminar dizendo: "Retirem as pessoas daqui, evacuem toda a área".

Porque, até então, na época, estão aqui os nossos presidentes que sabem disso, foram retiradas pessoas da C-01, onde ficou 1 cidadão. Vamos pensar juntos para vocês verem uma coisa. Ficou 1 cidadão. Na C-04, ficaram 3 ou 4, não sei, tem alguém de lá que saiba mais ou menos, tem o Senhor Moisés. Onde ele está? O Senhor Moisés sabe. São 4 pessoas. Até então, na C-10 ficaram todas. Todas as pessoas da C-10. E retiraram da C-01 parte das pessoas; retirou da C-02; retirou da C-05; retirou da C-04.

Gente, se fosse uma liminar judicial, onde a área era Reserva - vamos combinar que é verdade. Vamos dizer que isso está certo. É uma Reserva - Mas, por que não retirou todo mundo? E teve que retirar parte das pessoas que ali estavam? "Ah, senhor Adelson, o senhor está contra a C-10?". Não, pelo contrário. Parabéns pela C-10 ter ficado. Parabéns pelas pessoas da C-02 terem ficado. Parabéns pelas pessoas terem ficado na C-01. Porque foi aí que nós entramos. Na falha da lei, quando eu vi que eles começaram a fazer um

reflorestamento. Eu disse: "Agora, eu vou entrar, onde eu sei que tem que entrar."

Eu entrei com esse recurso e fiz a denúncia junto à Polícia Federal, anexei a outra e protocolei junto ao Ministério Público Federal com a denúncia que fiz. Respaldado na C-10, respaldado nas pessoas que ficaram. Então, assim, abriu-se precedente na Constituição, para que nós também pudéssemos voltar para as nossas terras, porque nós também somos brasileiros, pagamos os nossos impostos e lutamos também por esse País. E isso, fez com que nós também voltássemos para lá e agora ela chegou lá dizendo: "Não, senhor Adelson, o senhor irresponsavelmente colocou as pessoas aqui." Eu falei: "Bete, nós não somos acampamento de sem-terra, não. Nós estamos aqui acampados, constitucional, para voltar para as nossas terras mesmo, porque terra tem muito. E vocês nos tiraram das nossas terras e, agora, nós estamos simplesmente voltando para as nossas terras. E daqui nós não vamos sair, até que haja um... Até que o Ministério Público Federal se pronuncie em relação a nós."

Então, gente, nós ficamos ali lutando, sem energia elétrica, sem estrada, como o meu amigo acabou de falar. Isso é um absurdo. Estão burlando o direito constitucional de ir e vir do cidadão. Como é que nós vamos escoar a nossa produção, em um local daqueles, se nós não temos estrada? Nós passamos esse inverno todo - estava o Donizete e várias pessoas da C-03, que sabem disso - cruzamos, Deputado Chiquinho -, com água até o peito. Para irem para as suas propriedades. Isso é um absurdo! Um local que tem produção, como é que as pessoas vão escoar as suas produções de lá?

A senhora Bete fala: "Mas, não tem quase ninguém morando aí, Senhor Adelson!". Eu pergunto: "Você colocaria a sua

família para cruzar essa água aí, morar nessas terras aí?”. Ela responde: “Ah, claro que não.” Falei para ela: “Então, pronto. Essas pessoas que estão aí são, nada mais, nada a menos do que cidadãos, são seres humanos como você.” - Falei para ela -. “Por isso que você não está encontrando pessoas aí, porque as pessoas, as poucas que estão aí, são aquelas pessoas que lutam de verdade, que querem tirar o seu sustento. Mas nem todo mundo tem condições de estar passando em uma água dessas, podendo pegar uma doença ou qualquer tipo de coisa.”

Então, Deputado Chiquinho, é o que eu falo: nós precisamos lutar no sentido de fazer - como o nosso amigo falou ali -, juntar a Assembleia; fazer uma petição junto à Sedam; junto ao Governo do Estado, para que nós possamos abrir um leque no sentido de poder, pelo menos, dar melhoria nessas estradas. Porque as pessoas ali estão. E é um direito constitucional de ir e vir. Então, nós temos que lutar por esse direito, para que nós possamos ficar nesses locais, até que saia uma decisão. Se essa decisão sair contrária a nós, parabéns para o Ministério Público Federal. Beleza. “Ah, vocês não podem ficar.” Bacana. Mas que deem um local onde nós possamos ficar, que julguem isso com competência, dando o direito de cada um. “Você não pode ficar na área”. Então, beleza. Não quero nem saber o porquê. “Você vai pagar?” “Vou.” Beleza. Então indeniza a pessoa. Coloca ele em outro local que possa produzir, criar a família dele.

Então, gente, essas são as minhas palavras, eu quero agradecer a todos que se fazem presentes e implorar, em nome dessas famílias que ali estão, junto ao Ministério Público Federal que, por favor, o nosso Governador do Estado, por favor - se pronuncie, Governador Marcos Rocha, no sentido de poder ajudar essas pessoas sofridas que estão lutando,

carregando esse País nas costas tanto quanto esse Estado. Então, por favor, se pronuncie - faça algo que venha a ajudar esse povo, que venha aos nossos anseios, junto com esse projeto; que o senhor faça, assine, que esses deputados trabalhem, por favor -, sancione isso logo, para acabar com esse problema. Porque nós estamos aqui, pleiteando constitucional; estamos lutando. Agora, tem que resolver? Tem. O Estado tem que resolver, Deputado Chiquinho, porque criou.

Eu quero dizer aqui uma palavra, que eu não posso deixar de dizer: nós não estamos com problemas, não estamos com problemas, viu Guedes. Quem está com problemas aqui é o Estado e a própria Sedam; esses estão com problemas, porque eles criaram Unidade de Conservação em cima de uma área Federal e ninguém pode fazer acordo no quintal de vizinho não.

Até então, eu quero dizer mais uma coisa, nós não vamos nos retirar dali, de jeito nenhum, e se acontecer qualquer coisa ali; um massacre naquele local, o responsável disso será o Estado. Eu estou a frente ali, com aquele povo, eu sou lutador; eu sou brigador - dentro da constituição -, eu vou brigar até o final. Eu prefiro chorar por tentar algo na minha vida, do que chorar por não ter tentado. E acima de tudo, eu acredito em um Deus vivo, independente da crença de qualquer um.

E quando, Deputado Chiquinho, nós iniciamos aquilo ali - eu sinceramente me emociono -, porque quando nós iniciamos aquilo ali, Deputado Ribamar Araújo, foi com o joelho no chão. Quando nós voltamos para lá, Deputado Chiquinho, nós fizemos uma campanha de oração durante uma semana, para fazer aquele acampamento. E até então, na primeira semana, eu

perguntei para a minha esposa: "O Senhor respondeu alguma coisa"? Ela disse: "Nada". Eu fiquei preocupado, nós já com o documento feito, para acampar. Voltar para as nossas terras, que é o registro de acampamento. E até então senhores, quando fomos, o primeiro dia nós fomos, eu e o Glaucimar - o meu cunhado aqui que é o meu braço direito, que tem me sustentado e me ajudado naquele local -, nós fomos, tinha 8 pessoas, nós pensamos que íamos dormir pelo menos 20 naquele mato. E tinha 8 pessoas, não é Glaucimar? No segundo dia tinha 12 pessoas. No terceiro dia, tinha 18 pessoas. Eu disse: "Vamos fazer o acampamento com 18 pessoas".

E nós chamando nos grupos de todos: "Gente, voltem, porque nós estamos constitucional, com a documentação pronta. Se vocês querem reivindicar o direito de vocês, venham, por favor".

E até então, o que aconteceu? Com 18 pessoas, nós montamos o acampamento. A Sedam não saía de lá nenhum momento, não é Glaucimar? Todos os dias. O Senhor já estava trabalhando e nós não sabíamos, viu Glaucimar. Porque estava com 3 dias e eles não iam nenhum dia. Se eles não saiam de lá, estava com 3 dias que eles não iam. "Respondeu não? Não respondeu nada". O Senhor não respondeu nada - mas já estava respondendo, estava com 3 dias que a Sedam não andava lá dentro. Que se eles chegassem e pegassem nós em 12 pessoas, trazia todo mundo preso de uma vez, em um camburão só e acabava com o problema.

Até então, Deputado Chiquinho, quando nós montamos o acampamento, quando foi no quinto dia, sexto dia, já tinha umas 30 pessoas e nós dissemos: "Agora nós vamos fazer um culto aqui, de ação de graças ao Senhor, por ter dado certo

até agora e ninguém ter nos perturbado". Fizemos esse culto, Deputado Ribamar. Chamamos uma pessoa que não tinha nada - não conhecia o contexto -; e ele chegou lá e abriu a Bíblia dele. Escolheu o versículo dele. Minha irmã abriu o oculto, cantou os 3 hinos e deu a palavra para ele pregar. E ele ali com a Bíblia, disse: "Eu não sei porquê, mas algo está falando no meu ouvido, para eu abrir a bíblia, aleatoriamente e ler 3 ou 4 versículos aqui". Ele abriu e disse assim, no versículo que diz: "Eis que a glória da segunda casa, será muito maior que a primeira". Naquele momento, o meu coração se abriu, Deputado Chiquinho, porque ali, eu entendi que era a voz de Deus, naquele momento. Porque a primeira casa, era aquela que se desmontou lá, onde montaram um acampamento, irresponsavelmente, sem documentação - a Sedam, em duas semanas, foi e arrancou todo mundo de lá, com helicóptero e mais de 10 viaturas por baixo.

Nós entramos constitucional e ali ficamos, estamos nas nossas terras até hoje, porque o Senhor ali está. Então, eu tenho dito, quem está com problemas aqui é o Estado e a Sedam. Esses, estão com problemas, mas nós não estamos com problemas não, porque há um Deus sobre todas as coisas, Deputado Chiquinho. Essas são as minhas palavras. Se alguém, se o Estado, se a própria Sedam quiser lutar, que lute, mas vai lutar contra um Deus de Israel e eu não conheço ninguém que ganhou dele. Obrigado.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER (Presidente) - Parabéns Senhor Adelson, fez aqui um belo relato da situação que se encontra ali na C-01 e as demais. Realmente, quem está com problemas ali é o Estado, porque quem provocou essa situação foi o Estado. Tirando a terra que o Incra doou para as famílias, ali assentadas, em diversas Linhas. E que não teve o respeito

de indenizar as pessoas ou arrumar outra alternativa, de outra terra.

E, senhor Adelson, no final nós vamos fazer o encaminhamento e vamos encaminhar. Se o Governo quer a terra para Reserva, que eles indenizem vocês ou arrumem outra área; ou deixem vocês em paz, que é isso que o povo precisa.

Queria chamar agora o senhor - quem quiser se inscrever, eu já tenho aqui algumas inscrições, já está inscrito o Senhor Lázaro; o Senhor Clóvis; o Senhor Douglas da Rio Vermelho C; o Odair Gonzaga; se alguém mais quiser falar, aí da plateia, pode levantar a mão, que as meninas estão ali e pode se inscrever, tá?

Chamar agora o Senhor Flávio Rodrigues, Presidente Aclolicam, Linha C-10, Km 32.

O SR. ADELSON ALVES NAZARETH - Deputado Chiquinho, o Senhor me permite... (**inaudível**) quero fazer uma correção.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER (Presidente) - Pois não.

O SR. ADELSON ALVES NAZARETH - Eu esqueci de mostrar aqui, quero mostrar, fazer questão de mostrar. O Senhor José Guedes, estava falando da criação da Reserva em 2016, não é isso?

O SR. JOSÉ GUEDES NETO - Criação em 96.

O SR. ADELSON ALVES NAZARETH - Em 96, que digo. Em 96, perdão. Até então está aqui, Deputado Chiquinho. Esses documentos - é bom que se coloque aqui, para que as pessoas

possam ver; a televisão possa ver -, a data que foram entregues esses sítios aqui, ó. Isso aqui é na Linha C-03, tá? Olha a data que foi entregue esse sítio aqui ó, em 2004. Quer dizer, em 96 criou-se a Reserva. O Incra disse que não tinha mais interesse. E como que ele entregou terra lá, em 2004? Você está entendendo? Então, há um grande equívoco nisso aí. Pessoas por trás manipulando o Incra, tá?

O SR. CHIQUINHO DA EMATER (Presidente) - É verdade. Vamos encaminhar, Senhor Adelson. Pedir ao senhor, deixar esses documentos aqui, para a gente encaminhar junto com a ata, para comprovar mais uma vez, que esses documentos, nós já encaminhamos para a Sedam; para o Governo do Estado, para que o Governo - ele tem conhecimento, mas faz de conta que não tem. Encaminhar novamente, juntamente com essa ata que estamos produzindo aqui hoje, para encaminhar para todos os órgãos: Incra; Ministério Público Federal; Ministério Público Estadual; para a Sedam... Enfim, para todos os órgãos competentes que há necessidade de se encaminhar esses documentos, tá?

Passar aqui então a palavra, para o Senhor Flávio Rodrigues, Presidente da Aclolicam, Linha C-10, Km 32.

O SR. FLÁVIO RODRIGUES CARVALHO - Senhoras e senhores, bom dia. Quero aqui cumprimentar a Mesa, o Deputado Chiquinho da Emater, Deputado Ribamar Araújo. Daí, a todos vocês. Que se não fossem vocês, essa Audiência não teria acontecido. E também quero agradecer a todos os presidentes e lideranças, o qual eu tive a honra de conhecer ao longo desses dias, o qual fiz o contato para que essa Audiência acontecesse hoje, através do gabinete do Deputado Chiquinho da Emater.

E quero dizer para vocês, que hoje, eu estou residindo na Linha C-10. Eu comprei meu lote lá em 2009, 2019, aliás. Então assim, eu sou o mais novo que se encontra naquela região, na qual vocês já têm uma longa data. E quero dizer para vocês que em 2000... No começo de 2000, eu conversei com a dona Maria - a esposa do Senhor Paulo, ao qual ela se faz presente com o seu filho ali, o Leandro. São parceiros nossos. E ela me contava, me relatava, tudo isso que o Pastor Wilson falou; que o Senhor Adelson falou; que o Zé Guedes falou. Então, tudo isso eles me relataram e eu falei: "Dona Maria, vamos chamar Audiência Pública. A Assembleia está aí para isso, para nos ouvir, e eles têm que buscar do Poder Público, cobrar. Porque ali é uma Casa de Leis".

E então a gente foi madurando essa ideia. Maduramos a ideia e em 2000 e... Eu fiz um documento para a Sedam, no ano passado, no dia 5 de maio. A nossa Linha C-10, ela tem 23 Km de extensão, e é muito dificultoso. Todos nós temos veículo. Meu veículo é um carro baixo, ele estourou, já fundiu o motor; quebrei para-choque e tudo que vocês pensarem. Já gastei dinheiro, mais do que um carro novo.

Quando a gente protocolou esse documento, nós solicitamos da Sedam, que ela sentasse conosco, algumas lideranças daquela região, para tratarmos de assunto, de uma liberação para nós trabalharmos na estrada. Porque assim, quando se abre um leque, se a Sedam tivesse liberado para nós, ou se tivesse nos ouvido, na verdade, abrir-se-ia um leque, para todas as Linhas daquela região, que até hoje - 09 de maio - já tem mais de um ano e nunca tivemos essa resposta.

Então assim, eu fico honrado em participar de uma Audiência Pública dessa, com esses senhores, os quais têm

dados o sangue, para trabalhar por vocês. Eu digo assim, quando nós, presidentes de associações; lideranças comunitárias, buscamos algo para a comunidade, nós somos porta-voz de vocês. E se vocês não participarem, as coisas ficam em vão. Então, eu acredito que, como o Deputado Chiquinho falou, tudo o que está sendo falado hoje, todos vocês, as suas falas, vão estar escritas, será feito uma ata, o Poder Público vai estar ciente do que foi falado. Eu acredito agora, que vai surtir efeito. Que possa acontecer essa e mais outras e a gente possa participar. Porque, sem a nossa participação, as coisas não acontecem.

Eu quero agradecer aqui também à Dra. Eva, a qual, eu estou conhecendo hoje, também; e eu acredito que ela vai fazer uso da sua fala, que será de grande valia para todos nós termos ciência disso. Pessoal, o que depender de nós, da Linha C-10; da Associação, hoje a gente está aí para colaborar com todos vocês, em todo e qualquer tipo de documentação que precisar, a gente está junto, para correr atrás; para somar junto com vocês, pessoal.

Essas são as minhas falas. Eu quero agradecer a todos vocês, de coração. Eu sei que a dificuldade de todos estarem aqui é muito grande. E quero colocar aqui também, Deputado Chiquinho, Deputado Ribamar, que hoje a maioria das famílias não estão praticamente, residindo nas suas áreas. Porque nossos filhos, inclusive, hoje eu até falo que eu sou o caseiro da minha esposa. O ano passado meu filho ainda estudou *on-line*, por causa da pandemia, esse ano, minha esposa teve que migrar para a cidade e eu ficar tomando conta da chácara. Então, isso é muito difícil para nós. Então assim, se a gente é uma família, tem que estar todo mundo unido, não uma família dividida. E esse caso não é só meu, é caso de muitas pessoas, até mesmo, muitas famílias deixaram

seus lotes, seus sítios e migraram para a cidade, por falta de uma educação para seus filhos.

Hoje lá na Linha C-10 - eu não sei nas outras Linhas - , nós não temos nenhum ponto de apoio da Saúde. Esse ano, nós tivemos uma pandemia tão grande de malária, que hoje, nós estamos dentro do mapa da Semusa (Secretaria Municipal de Saúde). Hoje nós estamos cadastrados, porque tivemos que levar vários casos, tivemos que cobrar. A Semusa esteve conosco lá, fazendo um fumacê por 3 noites. Então, isso é muito importante. Cada coisa que acontece no dia a dia nosso, a gente está sendo conhecido, não é?

Então assim, essa Audiência eu sei, eu tenho certeza que Deus está conosco e vai fluir muito. Então, de hoje em diante, as coisas melhorarão para nós. Essa é a minha fala. Quero agradecer a todos vocês.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER - Obrigado Flávio, Presidente da Associação Aclolicam, da Linha C-10, Km 32. Eu recebi um comunicado do Deputado Mauro Nazif, que me comunicou que não pôde estar presente, porque estava em outra Audiência. Mas, mandou dizer a todos vocês, que está junto com vocês. Qualquer coisa, lá na Câmara Federal, ele está lá, junto, para defender o povo de todas essas Linhas, que estão ali, onde o Incra assentou vocês e eles retiraram à força.

Eu queria passar agora a palavra, para uma advogada, que vai falar juridicamente sobre esse assunto. Ela é uma grande conhecedora das causas rurais. Dra. Eva Lúcia, que é nossa advogada nossa, aqui, do Deputado Ribamar Araújo, e

vai falar sobre esse assunto, que ela conhece como ninguém. Está com a palavra, Dra. Eva.

A SRA. EVA LÍDIA DA SILVA - Bom dia a todos. Primeiramente, gostaria de agradecer pelo convite, de participar desse momento, que é muito importante. Agradecer ao Deputado Chiquinho, pela iniciativa, ao Deputado Ribamar Araújo. Fiquei feliz de ver o pessoal participando, gente. É isso, a coletividade, nesse momento, faz a diferença. Vocês precisam desse momento. Vocês precisam fazer esse esforço para estarem lutando contra essa situação, que só depende de vocês, com a ajuda dos nossos deputados, que estão se empenhando.

A gente tem percebido que a participação dos deputados, esse momento que eles estão se dedicando a fazer essas Audiências Públicas, agora a gente vê que vai caminhar, realmente vai prosseguir. Por quê? Para alterar, criar ou extinguir qualquer ilegalidade da Unidade de Conservação, o primeiro momento é uma Audiência Pública. Por que, às vezes, vocês clamam, o outro clama, alguém chega e fala: "Olha, é assim, assim, eu vou ouvir." Eu tenho participado de reuniões no Estado todo, no Amazonas também. São reuniões, que você percebe que só mudam os personagens, a situação é a mesma.

Eu quero até agradecer ao Pastor Wilson, pela colocação que ele fez. O que ele disse na fala dele, é o que acontece no Estado todo, também no Amazonas. Então, isso é uma deficiência da Região Norte. A Região Norte hoje, é a "menina dos olhos" dos outros países. Não sei porquê. Sabemos que é a Amazônia, mas o Amazonas em peso está nessa situação. E,

a gente ouve esse clamor e, infelizmente, o que a gente tem percebido, é que o Estado, é como se ele fosse soberano, como se ele não tivesse que provar nada.

Então, a gente tem muitas situações em que há ações ajuizadas. E eu quero me reportar à fala do Senhor Adelson, quando ele disse que o advogado foi comprado, tal, tal. O que eu quero dizer para vocês, é que não é isso, não é bem assim. É a falta de conhecimento. A falta de conhecimento da causa, faz com que seja abandonada. Deixa eu dizer para vocês o porquê.

Nós temos 11 Reservas, que foram criadas sem respeitar um requisito sequer da Lei 9985/2000. Então assim, hoje o Estado, infelizmente, cobra de vocês, produtores, aquilo que eles não fizeram para criar uma Unidade de Conservação. A Lei diz que existem mais de 12 Unidades de Conservação. Cada uma, com seu modo restritivo. Eu vou citar um exemplo para vocês aqui: parque. O Parque Guajará-Mirim - que é o que eu tenho atuado junto, tenho acompanhado o sofrimento daquele pessoal. Então assim, o Parque Guajará-Mirim. Eu quero citar ele, porque além dele ter sido criado de forma irregular, ele precisava respeitar a exceção à regra. E aí, nunca houve alguém, que chegasse e se reportasse da forma que precisa, que é trabalhar, desde as inconsistências que existem na criação. E hoje, já depois de 20 anos, tem a Reserva Rio Vermelho C - 30 anos -. Então, isso se tornou cada vez mais difícil para vocês buscarem essa parte. Porque faltam colegas com esse conhecimento.

O Parque, por exemplo, ele foi criado em uma área de terras devolutas. Em que pese as terras devolutas serem terras da União, ela tem que ser destinada por lei. Aí, nós vamos para outra parte: criado em uma área de fronteira. Uma

Unidade de Conservação criada em uma área de fronteira, ela tem que ser por lei e não por decreto. Então, esse momento, a gente vendo esse empenho dos deputados em dar legalidade a essa situação, eu acredito que seria essencial. Lamentável não estarem presentes aqui hoje: Sedam e o Incra. Os principais, que deveriam estar, porque existe muito essa situação onde é uma área Federal e a Sedam está atuando, ou vice-versa.

Nós vamos citar aqui Rio Pardo. Rio Pardo é uma Unidade de Conservação que é parte Federal, parte Estadual. Então, ali ninguém atuou como deveria. O Estado não faz a parte dele. Ele chega, tem aqui o pessoal, já, naquele local, ele cria a Unidade de Conservação e não dá legalidade como deveria; não faz uma Audiência Pública; não faz um levantamento, mas hoje ele cobra de vocês. E aí, se torna um... Praticamente um confronto, não é? E a fiscalização, ela precisa existir. Ninguém está aqui incentivando invasão ou qualquer outra coisa, ou que seja feito qualquer dano ao meio ambiente. O que a gente precisa, é dar legalidade a essa situação local, onde já encontrou o cidadão; já encontrou o agricultor naquele local. Por que não legalizar a situação dele? Porque, gente, cada caso é um caso.

Então, quando o Senhor José Guedes falou ali, a respeito de fazer uma alteração, realmente, a Rio Madeira B - a gente entende que aquela localidade ali, obviamente, ela continuaria uma Unidade de Conservação, porém, dando legalidade às pessoas que já estão naquele local; permitindo que elas tenham acesso à escola para os seus filhos; à estrada; e permitir, também, que se efetive a fiscalização. Isso é muito importante.

Agora, o que não pode haver é esse confronto, onde o agricultor está lá desde antes da Reserva e vêm acontecendo esses confrontos, onde ele não pode progredir. Isso é um grande prejuízo para o Estado, o que é preocupante; e também não consegue se efetivar a Reserva. E fica aquela situação instável.

Então, eu quero parabenizar esse momento dessas Audiências Públicas que estão acontecendo. Aconteceu em Rio Pardo; aconteceu em Jacinópolis, não é? E hoje está acontecendo aqui. E pedir ao Estado, que colabore com esse momento, para poder resolver essa situação, porque tanto vai ajudar na parte de fiscalização, como ajudar também os produtores rurais.

Nós temos aqui a Rio Vermelho C, que estão presentes aqui. Cadê o pessoal da Rio Vermelho C... Só vocês? **(se dirigindo à galeria)**. Tem alguém aí em cima? Senhor Clóvis...

O SR. CHIQUINHO DA EMATER (Presidente) - Dra. Eva, tem o Senhor Daniel Gama, que está perguntando: "Primeiro de maio, também fica na Rio Vermelho C, não é?".

A SRA. EVA LÍDIA DA SILVA - Rio Vermelho C. Isso, Senhor Clóvis.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER (Presidente) - Então, também é instrumento de se resolver junto com as outras, não é?

A SRA. EVA LÍDIA DA SILVA - Isso, eu vou falar agora da Rio Vermelho C. A Rio Vermelho C - eu tenho conhecimento

mais a fundo, daquele local -, a gente tem ciência que é uma Unidade de Conservação, que foi criada em uma área titulada - ao que tudo indica -, porém, só um estudo técnico, para ser mais preciso. Mas, dentro daquilo que nós já conhecemos, tem já um processo pelos antigos proprietários, pelos titulares da área, em razão disso. E o que acontece? Vem ocorrendo aí, essa mesma situação. Hoje, nós estamos com uma situação ali, em que as porteiras são cortadas, eles chegam com motosserra; eles cortam as porteiras; cortaram a casa... Tem um cliente aqui, que cortaram a casa dele - ele está lá desde 1996, desde 2000, mas ele tem a cadeia sucessória, desde antes. A pessoa tinha a declaração, que tinha posse. Ele teve a sua casa cortada e ateada fogo, por um servidor da Sedam. Nós não queremos citar nomes, nem dizer quem está certo ou quem está errado, mas, infelizmente, em que pese ser Unidade de Conservação, não seria essa a modalidade de fiscalização. E já existe um processo - no caso da Rio Vermelho C -, teve um processo, em que o juiz deixou de conceder a indenização ou relocar, em razão de não haver pedido alternativo na inicial.

Então, pessoal, antes de dizer que: "Ah, o advogado ou isso ou foi vendido", vamos ter esse entendimento, de que falta conhecimento de causa. Então, é isso que eu queria dizer para vocês. Agradecer mais uma vez e pedir a vocês que sigam nessa linha - participando; buscando, questionando -, porque o momento é esse. E o que estiver ao nosso alcance, estaremos aí para colaborar. Um bom-dia a todos.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER (Presidente) - Dra. Eva, parabéns pelo esclarecimento de todas as situações, em que o Estado se encontra.

A SRA. EVA LÍDIA DA SILVA - Obrigada.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER (Presidente) - O Estado, como a senhora falou, tem muitas situações que são grandiosas. São 11 reservas que, agora, recentemente em 2018, foram decretadas como Reserva, sem ter respeito ao povo que ali estava. Nós já fizemos Audiência Pública lá em Cujubim sobre o Soldado da Borracha; já fizemos no Rio Pardo, sobre a situação do Rio Pardo, que é uma área federal, nós temos que resolver aquela situação com o Governo Federal; estivemos lá em Jacinópolis para tratar daquela situação lá de Jacinópolis, do Bico do Parque e de Terra Roxa, onde tem milhares de famílias lá; e nós já fizemos uma aqui, em Porto Velho, sobre a situação de uma terra que está na Justiça, onde tem 614 pessoas aqui, na 27; e estamos fazendo essa Audiência aqui, hoje.

Todas essas audiências têm um grande objetivo. A Assembleia Legislativa está fazendo isso para mostrar para os órgãos federais, estaduais, para o Governo do Estado que tem que tomar uma providência urgente. Nós não podemos mais conviver com isso. A Assembleia pede ao Governo que faça um PL (Projeto de Lei) de todas essas reservas. E a Cuniã é a mais fácil, porque apenas estamos pedindo parte dela, onde o Incra assentou as famílias; o restante - como disse aqui o Pastor Cassiano, como disse o Zé Guedes, como disse o Adelson - nós queremos só a parte onde o Incra assentou as pessoas. É só isso que nós queremos. Pegar aquela C-10, que ela faz tipo um círculo, que dentro dela estão todas essas outras - C-01, C-02, C-05 e mais a C-30 -, tirar de reserva e deixar as pessoas, que já estão ali há diversos anos trabalhando, querendo criar sua família.

Então, é uma das mais fáceis, porque a gente quer só parte dela, não queremos toda a reserva. E como o Pastor Cassiano, o Zé Guedes e o Adelson, eles ficarão protegendo

as demais reservas, as demais áreas restantes. Então é bem mais fácil de se resolver. É só que o governo tem que fazer um PL, mandar para esta Casa e, com certeza, chegando aqui nesta Casa, eu não tenho dúvida, vocês vão ter a aprovação dos 24 deputados. Somos todos a favor do produtor rural, do homem do campo, do homem que produz. Então a gente só quer isso, que o governo encaminhe a esta Casa.

Já encaminhei um documento, juntamente com o Presidente da Assembleia e outros deputados, Deputado Ribamar Araújo, solicitando do Governo esse estudo. Faça o estudo de todas essas áreas onde as pessoas estão assentadas. Vamos trazer paz para o campo. Não dá mais para continuar, Deputado Ribamar, com essa situação. Quem causou isso foi o Governo e ele tem que dar solução. É ele que tem que dar solução, porque a caneta está na mão dele. Eu tenho certeza que o Governador vai fazer isso, porque ele tem nos dito que vai procurar resolver todas essas questões, mas eu queria fazer um pedido para o Governo: vamos resolver, não vamos mandar lá, a Sedam, para queimar as casas das pessoas, queimar o seu pomar, queimar a sua lavoura de café. Eu acho que esse não é o procedimento correto. Correto é fazer um levantamento certinho e resolver essa situação, porque o produtor rural, o homem do campo só quer trabalhar, só sabe fazer isso. Vamos deixar eles em paz. É para isso que esta Casa está fazendo essa Audiência Pública.

Muitas vezes: "Ah, a Audiência Pública resolve?" Lógico que não. A gente foi bem claro. Estamos aqui mostrando que vocês existem. Vamos encaminhar toda essa nossa Audiência para os órgãos competentes e mostrar que vocês estão unidos e vão vencer, se Deus quiser, toda essa situação que estão colocando, por muito tempo, contra vocês.

Então era isso que eu tinha que falar um pouquinho. A nossa advogada, Eva, quer falar mais um pouco, por favor?

A SRA. EVA LÍDIA DA SILVA - Então, em relação a essa questão da legalidade, a essas reservas, a gente tem acompanhado o empenho de todos os deputados, realmente. E não só a Rio Madeira B, mas também - porque a gente sabe que cada caso é um caso - não só a Rio Madeira B, como também outras unidades de conservação, a gente vê a possibilidade da manutenção da reserva e da legalidade dessas pessoas que já existiam ali. É possível conciliar, o que é totalmente diverso de Rio Pardo. Rio Pardo, hoje, é totalmente antropizada, ali não tem como manter o perfil restritivo. Agora, outros locais, gente, se percebe que é possível, sim.

Então, eu também gostaria... Eu sou uma sofredora, eu atendo, gente, o Estado todo. Infelizmente, eu só posso atender e tentar levar para os deputados essas questões. Mas, infelizmente, o Estado precisa participar mais, nos ajudar. E, aproveitar também esse momento em que os deputados estão empenhados nessa questão, dar legalidade a essas situações, porque é triste, é perigoso, não só para a fiscalização, mas também para os agricultores.

A gente ouve os dois lados. Eu, como participo, quase todos os finais de semana eu estou em reunião. É Três Coqueiros, é Jacinópolis, é Buritis... É sempre a mesma situação. O que a gente vê é um confronto.

Então, nós queríamos pedir ao Estado, até para poder ter uma fiscalização mais efetiva, que ajude esse pessoal a criar suas famílias, a sua manutenção nesses locais sem que seja danificado o meio ambiente. Porque a gente percebe

também: "Ah, existem ONGs, existe dinheiro que vem para proteção do meio ambiente...", mas para o agricultor não chega nada. A gente não tem conhecimento de nenhum trabalho base que vai dizer: "Olha, cidadão, você vai criar a sua família, você vai ter esse suporte e você não vai danificar o meio ambiente." Então, é isso que dói. Eu sou filha de produtor. Gente, já teve situação de eu chorar com a situação, de ver essas pessoas, o que elas estão passando na área rural. Sabe por quê? Eu sei que aquele moço, tipo essa ordem que saiu agora para despejo, 30 dias para sair voluntariamente sob pena de sacrifício dos animais e venda dos mesmos, cortar a casa, queimar toda a mercadoria, tudo que o povo tiver... É a questão do Bico do Parque, 30% e a região de amortecimento.

Então eu acompanho isso. Por que me dói? Porque eu sei que você, que não teve acesso à informação, você chegou lá, adquiriu, às vezes, do cara que foi invasor. Você não aguentou a pressão, foi cedendo a sua posse para terceiros. Então, aquelas pessoas que estão ali, elas realmente não são invasoras, entendeu? Aqueles que invadiram, olha, nem notícia se tem deles mais.

Então, é preciso ouvir os dois lados, é preciso ouvir o Estado. Por exemplo, houve a falha do Estado no momento em que criou essa unidade? Então, vamos ver por onde começar. Vamos ver de que forma resolver essa situação até para poder evitar esse perigo que está entre agricultor e a fiscalização, gente. Não é isso que a gente quer. A gente quer a paz, a gente quer a tranquilidade, a gente quer um Estado próspero. E essa forma que está seguindo aí não vai trazer nenhuma produtividade para o próprio Estado.

E é isso a minha fala. Quem quiser depois entrar em contato, se precisarem de alguma orientação, vocês fiquem à vontade. Eu já tenho atendido o pessoal da associação, tanto da Rio Vermelho C, como da Rio Madeira B. Eles já têm alguma orientação.

E essa questão do estudo, vocês precisam ficar atentos porque um estudo, talvez feito pelo próprio órgão, de que forma seriam vistas essas questões? Porque nós precisamos abordar tantas inconsistências, a questão social e a questão socioeconômica. Esses estudos precisam de, pelo menos, no mínimo, essas três linhas de análise. Tá, gente? Então, é esse o meu posicionamento e agradeço a todos pela participação. E é isso aí. Primeiro Deus e os nossos deputados para ajudarem nessa caminhada.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER (Presidente) - Obrigado, doutora. Esse estudo que a gente fala, doutora, é justamente por isso. Queremos que o Governo faça o levantamento para poder fazer o PL, para encaminhar para esta Casa.

Eu tenho aqui, ainda para falar, seis pessoas. Eu vou passar dois minutos para cada um. Se precisar de mais, a gente alonga, devido ao tempo.

Eu queria passar agora a palavra para o senhor Odair Gonzaga da Costa, Presidente da Asprolin (Associação dos Produtores Rurais da Linha C-10). O Odair está aí? O Odair pediu para passar para outro. Próximo. O Senhor Donizete Cordeiro, da Linha C-03, está aqui? Por favor, é só apertar aí (o botão do microfone) e pode falar.

O SR. DONIZETE CORDEIRO - Bom dia a todos, a todo esse povo que está aqui reunido, usando esta Casa de Leis. Bom dia ao deputado, à doutora, também. Vou pegar um gancho seu, tá bom, que a minha palavra vai ser esta: sobre todas as pessoas que estão aqui reunidas, buscando os seus direitos. Tanto sofrimento, que não dá para falar desse sofrimento porque é extenso e muito longo e de muitos anos.

Eu não sou muito de falar, mas o sofrimento está causado, um problema sério. A Sedam tem o conhecimento de tudo. De tudo, de tudo, do começo ao fim, das pessoas que estão naquela área ali. De tudo.

Eu sou um deles, que todas as vezes que eu ia fazer, no passado, com a comunidade, abrir aquela Linha C-03, junto com a comunidade, eu ia na Sedam e falava: "Olha, estamos precisando fazer uma estrada, porque o pessoal, é perigoso se acidentarem, se machucarem lá dentro. Não tem como.". Eles não se importavam, só falavam: "É uma Reserva." Mas nunca fez uma reunião lá naquele pé de galinha, nunca fez nada conosco, nunca conversou conosco, nunca fazia nada, só chegavam ali e não tinham coragem de vistoriar e nem de fazer nada. A partir do momento que a gente conseguiu abrir estrada, que entrou um carro, aí a Sedam, com 15 dias, foi tirar foto, para depois retirar o pessoal.

Só queria dizer o seguinte: já que eles não fiscalizaram do começo, essa Reserva foi criada e não foi feito respaldo de fiscalização. Depois que as pessoas se encontravam lá em cima, até outros que tinham documentações, é que eles vieram criar e agir da forma que eles agiram. O que eu venho pedir para vocês - que se falar de sofrimento e de tudo não vai valer a pena -, eu só queria que fizessem a lei valer.

Direitos humanos. Todos os tipos de lei. E a senhora, como advogada, acatasse essa lei.

Se a Sedam tivesse que ir lá fazer fiscalização, que a Sedam chegasse lá e fizesse uma reunião com a comunidade e falasse: "Aqui tem uma área restrita, só pode fazer isso, isso e isso. Não avança". Fazia uma reunião com a comunidade e falavas todos os fatos que tinham que ser feitos ali, o que poderia ser feito, até que se chegasse a uma determinação judicial do que poderia ser feito nesse impasse que está, desses problemas todos.

Eles não estão fazendo isso. Eles querem chegar, eles querem ameaçar, querem meter armas, querem pegar documentos. Como se fosse uma blitz. E não é. Então, acho que nós temos direitos. Não tem o direito que quando fica um ano em cima da propriedade a pessoa já tem o direito? Tem os direitos humanos. Tem o direito isso. E por quê? Uma pergunta que eu faço, se vier uma liminar para nos tirar amanhã, quem poderá nos defender dessa liminar? Nós temos direitos? Ou a Sedam vai chegar quebrando tudo de novo, lá? Depois que já passamos por tudo isso e sendo que eles têm o conhecimento disso?

Eu nem quero falar de sofrimento, que sofrimento é inabalável, de tanto, não tem nem como, entendeu? Eu saía de lá era com um caminhão cheio de cana. Agora vai lá, só tem sapé e moita de mato lá, não tem mais nada.

A SRA. EVA LÍDIA DA SILVA - A lei não pode ser uma via de mão única.

O SR. DONIZETE CORDEIRO - Então. Eu só quero que, o meu pedido aqui hoje, é que as leis se façam valer. Por que nós

estamos em um lugar que não podemos quebrar uma liminar? Onde podemos chegar? Essa semana, estava lá dentro da nossa terra e a Sedam chega lá com uma ordem judicial, quem nem a Bete chegou e falou: "Seu Donizete, não investe aí, porque já derrubamos a sua casa, já fizemos tudo. Só preciso de uma liminar para tirar você de novo".

Será que eu não tenho o direito de cidadão brasileiro? Será que a comunidade que está ali, a Linha que está ali, não tem o direito de quebrar uma liminar que a Sedam pegar para ir lá tirar nós? É só isso que eu digo, que é um ponto chave. Eu não tenho muito que dizer. Sofrimento eu já nem digo, porque já passei em água, nadando com saco nas costas para chegar lá. Agora imagina o que tem mais para contar de sofrimento? Não deve ter, não é?

E a Sedam tem conhecimento disso aí. A Sedam tem conhecimento disso aí. Eles sabem que nós temos necessidades. Eles sabem que eles estão prestando serviço ao Estado. O Estado que colocou eles lá. E porque não respeitam o cidadão brasileiro, o que está no código da lei, direitos humanos e tudo? Chegam lá com uma ordem judicial e ninguém tem o direito de quebrar aquela ordem judicial porque o Estado tem direito.

A SRA. EVA LÍDIA DA SILVA - A questão ambiental é tão importante como a questão social.

O SR. DONIZETE CORDEIRO - Pois é, mas nós somos cidadãos brasileiros e estamos lá e fomos desrespeitados pelo Estado onde tem tudo.

A SRA. EVA LÍDIA DA SILVA - A questão social é tão importante quanto a ambiental.

O SR. DONIZETE CORDEIRO - A nossa precisão é esta, os nossos direitos de estar na terra.

A SRA. EVA LÍDIA DA SILVA - A Lei precisa ser de mão dupla para ambas as partes. Essa é a verdade.

O SR. DONIZETE CORDEIRO - Pois é, mas e por que em qualquer lugar, qualquer tipo de fazenda, qualquer coisa, um fazendeiro pega uma liminar para tirar a população e o advogado vai lá e quebra a liminar? Por que com o Estado ninguém consegue quebrar? O Ministério Público **(ininteligível)** está com dois anos o processo e ninguém faz nada?

A SRA. EVA LÍDIA DA SILVA - Verdade.

O SR. DONIZETE CORDEIRO - O que eu vou falar mais? Nós precisamos disso de vocês, Casa de Leis.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER (Presidente) - Obrigado Donizete Cordeiro.

O SR. DONIZETE CORDEIRO - Por favor, só um pouco. Nós precisamos que vocês tomem atitude sobre uma liminar falsa, um documento falso, onde o Decreto é Federal que cria uma Reserva Estadual, onde vão lá com ordem judicial e despejam as pessoas de qualquer maneira. Como é que não temos direito? É só isso que eu tenho para falar. O que nós queremos é ação

da Casa de Leis, advogados para poder defender nós naquele lugar e não deixar uma liminar proceder em frente, até que um juiz venha decidir o que pode ser tomado na causa, para frente. É só isso mesmo e bom dia a todos.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER (Presidente) - Obrigado Donizete Cordeiro, da Linha C-03. Parabéns pela sua fala. O senhor falou com muita profundidade, da situação, entendeu? Parabéns aí. São realmente, coisas que vem acontecendo infelizmente.

Passar agora a palavra para o Senhor Lázaro, da Linha Rio Vermelho C.

O SR. PAULO RODRIGUES JÚNIOR - Queria cumprimentar a Mesa. Na realidade, o Lázaro, esse rapaz aqui ao lado, ele pediu pra colocar meu nome que eu cheguei um pouco tarde, mas nós representamos, na realidade, a Aprumar (Associação dos Produtores Rurais do Ramal Primeiro de Maio e Região), que fica localizado ali dentro da Rio Vermelho C.

A Rio Vermelho C, conforme a Dra. Eva Lúcia falou, foi criada em 1990. Eu me lembro que eu tinha nove anos de idade, a primeira vez que eu dormi lá, debaixo de uma lona. Não é fácil falar. Eu perdi um tio, eu perdi um pai, brigando, lutando por aquela terra. Tá? Meu pai faleceu, meu pai de criação, faleceu há pouco tempo, mas estava ali, dentro daquela terra, lutando pela legalização de algo que é nosso.

A Rio Vermelho C, conforme o Pastor Wilson Cassiano Pontes falou, nós também, além da criação dentro de uma área que tem título, o Incra também nos assentou lá. Então a gente está brigando por algo que é nosso de fato. É difícil porque

a Sedam chega, já teve casos de a Sedam, um pobre coitado, um pobre de um agricultor, estar lá, e, com muita dificuldade compra um milheiro de tijolo, a Sedam chega lá, bota o milheiro do tijolo da pessoa em cima do caminhão e leva embora sem dar satisfação de nada, sem ter um mandato, sem ter um ofício, sem ter nada. E a pessoa vai correr atrás: "Não, foi doado". Foi doado para quem? Para onde? Com quem? Não sabe.

Chega lá, bota a arma na cabeça da pessoa, corta o cadeado do galpão de outro. A pessoa está fazendo uma cerca, melhorando a cerca de sua propriedade, a Sedam cortou todas as estacas da cerca da pessoa. E isso agora, tá? No final do ano passado para esse ano agora, a Sedam fazendo isso lá dentro. Aí chega para a gente e trata a gente como se fosse bandido, de fato. E nós não somos. Nós só queremos viver daquilo ali, tirar nosso sustento daquilo.

A Dra. Lídia, vem, graças a Deus, nos dando alguma orientação com relação aos precedentes. Nós estamos do outro lado da Rio Vermelho B, então acaba a gente não tendo tanta ligação com os outros presidentes, mas deixo aqui satisfação e glorificação pela briga que vocês fazem, pela luta em si, de algo que é de fato de vocês. E a nossa luta é a mesma, lá.

A associação é bem antiga, a gente vem brigando com isso não é de hoje. Graças a Deus, a gente tinha, há algum tempo atrás ainda conseguimos alguma coisa via Emater, via o Dr. Ribamar, mas daí em diante não conseguimos mais. A Semagri, no caso. Ficou cansativo, o nosso presidente da associação por forças de saúde não pôde mais seguir, eu estou assumindo a associação interinamente, a presidência, e a gente vem lutando. E não é pouco.

A Rio Vermelho C quando foi criada, dentro de uma titularização, foi criada num total de área de mais de vinte mil hectares. Depois baixou-se para dez. Depois baixou-se para quatro. É uma área pequena, uma área de 4 mil hectares, que ficou dentro de uma área titularizada. É uma área de fronteira com o Estado do Amazonas. E a gente não pode trabalhar dentro de terra que é trabalhada - igual a doutora falou -, em terras que são trabalhadas há trinta anos. Ela foi em 1990, titulada.

Então tem gente lá. Por exemplo, esse ano, infelizmente, já faleceu o Senhor Anísio. Pessoas que viveram nessa terra sem energia, sem água potável, sem nada, sem nenhuma comodidade possível durante 30 anos sem poder explorar porque a Sedam não deixa.

Nós conseguimos um processo para colocar energia lá dentro quando os postes estavam colocados, a Energisa estava começando a colocar os transformadores, a Sedam foi lá e embargou o processo alegando um monte de coisa. E que o Ministério Público já tinha dado favorável à instalação da energia porque tinham pessoas lá dentro morando. Então tem muita gente lá dentro morando. O que é que foi no processo? Aí o Ministério Público solicitou que a Sedam fizesse um levantamento, conforme o Deputado Chiquinho está falando, que quer que o Governo faça um levantamento.

Nós não podemos confiar no Governo fazendo levantamento, deputado, porque o que aconteceu conosco foi o seguinte: a Sedam ficou incumbida de fazer esse levantamento e sabe o que a Sedam fez lá? Ela tirou um monte de foto de propriedades. Não propriedades que estavam de fato abandonadas. As casas, por exemplo, se eu tenho duas casas, uma casa minha está abandonada, a Sedam foi lá e tirou

foto só da casa que está abandonada. Da minha casa, eles tiraram foto de uma janela. E botaram no processo. Na casa do senhor que tem lá, do Valmir, uma casa de alvenaria, grande, estrutura grande, eles tiraram foto de uma janela também. E o que alegaram, lá na dispensa? Que, na realidade, as pessoas que tinham sido expulsas estavam retornando para "reinvadir" a terra. Então, como que a gente vai confiar em um órgão que é contra nós, para fazer um levantamento a favor da gente? Não tem como.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER (Presidente) - Deixa eu te falar: quem vai fazer é uma empresa, acompanhada pela Assembleia. Nós não queremos que seja a Sedam. Vai ter que ter esse levantamento, eu acho que o Presidente anterior era um senhor moreno, baixo. Como era o nome dele?

O SR. PAULO RODRIGUES JÚNIOR - Senhor Manuel. Manuel Matora.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER (Presidente) - Manuel Matora. Isso nós viemos trabalhando há bastantes anos. Até a Nancy esteve lá, quando era Secretária da Sedam, várias vezes. Eu estive na Sedam com essa questão da energia, solicitando, eu não sei se foi instalado lá, encaminhamos para a Energisa para instalar a energia, que os postes estavam lá enfiados. Realmente, a Sedam tinha proibido. Eu não sei se já resolveu. O Senhor Matora não me trouxe mais resposta disso.

O SR. PAULO RODRIGUES JÚNIOR - Não concluiu. O senhor Matora, infelizmente, está com um problema de saúde e acabou

não podendo mais dar prosseguimento, mas vem lutando com a gente há muito tempo, inclusive, com o Deputado.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER (Presidente) - Há muitos anos. Eu lembro disso.

O SR. PAULO RODRIGUES JÚNIOR - E não concluiu essa questão da energia. Na realidade, colocamos por conta.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER (Presidente) - Fernando, vamos aproveitar e levar esse problema para a Energisa, mas que a Energisa depende de a Sedam autorizar.

Deputado Ribamar, vamos lá na segunda-feira, na Sedam, ou amanhã. Segunda-feira não, amanhã - já - lá, para a gente tratar desse assunto da Rio Vermelho C, porque é uma pequena área, estão lá há muito tempo, tem documento. É uma falta de justiça danada o que estão fazendo com esse povo que está ali há tanto tempo trabalhando.

O SR. PAULO RODRIGUES JÚNIOR - Verdade. Eu agradeço ao deputado pelo empenho, juntamente com o Manuel Matora. Ele já vinha com o senhor aqui e nós tivemos diversas audiências, reuniões com a Sedam, reuniões com o próprio Governador do Estado. Quem inaugurou a sala do Governo do Estado, lá no CPA, foi a Rio Vermelho C - na primeira reunião com o Vice-Governador, na época, Daniel Pereira - brigando por essas situações. Porque a Sedam chega, de fato e foi o que o responsável lá, segundo ele, fiscal responsável lá da área, falou da última vez que se encontrou com um morador. Ele falou: "Ó, nós estamos só esperando esse processo da energia. Se der desfavorável a vocês, a gente tira vocês daqui no outro dia."

Então as pessoas estão lá, têm seu gado, é uma terra que é trabalhada, conforme eu disse, há 30 anos. Tem que ser feito um estudo para ver se viabiliza, de fato, uma reserva ou se muda a categoria da reserva para reserva sustentável ou de agricultura familiar, porque as pessoas que têm lá, o senhor Dionísio, a esposa dele, agora, teve um AVC e está aqui na cidade com os filhos, ele está lá sozinho. Ele, sozinho, tem mais de 50 mil covas de macaxeira plantadas. Sozinho. Está sozinho. Aí chega lá para escoar a cana de açúcar dele, ele tira 200 canas para escoar, para poder vender para tirar uma... **(ininteligível)**, o rapaz dá para ele 1 real por cana, ou seja, 200 reais; e ele paga 100 reais de frete. Ele passa 6 meses para plantar uma cana, para pegar 100 reais para poder comprar um feijão, um arroz, um negócio para inteirar na renda dele. É muito difícil.

Nós estamos sem estrada. Sem estrada, de fato. A Rio Vermelho C tem cascalho. Você não precisa buscar cascalho de fora. Ela tem cascalheira, mas nós estamos sem estrada, nós estamos sem acesso. Quando chove forte lá, a gente fica sem acesso.

Eu quero agradecer mais uma vez à Mesa, ao Deputado Doutor Ribamar, ao Deputado Chiquinho, à Doutora Lídia e aos presidentes, pela luta. Que a gente continue, não desista. Conforme eu falei, a primeira vez que eu cheguei lá, eu tinha 9 anos de idade, dormi debaixo de uma lona, junto com meu pai e meu tio. E, desde aí, não larguei de lá. Meu tio faleceu primeiro, de câncer; meu pai faleceu ano passado devido às complicações da Covid-19 e a gente continua lutando por lá.

E não esqueçam da gente. A gente está lá, a gente está brigando e estamos lutando. Essa é minha fala. Agradeço pela oportunidade.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER (Presidente) - Obrigado.

A SRA. EVA LÍDIA DA SILVA - Só para complementar a sua fala, quando você fala que há tantos anos vocês estão lá. Uma situação que é bom que fique registrado, a gente precisa desse empenho do Estado, em relação à Rio Vermelho C, eu fiz um Requerimento solicitando informações a respeito do Plano de Manejo, que a Lei 9985/2000, diz que, ao criar uma Unidade de Conservação, com 5 anos tem que ser implementado o Plano de Manejo e ele tem que ser revisado com 10 anos. Sabe qual foi a resposta do Estado? (31 anos, não é?) Eles responderam o seguinte, que está em estudo para elaboração.

Então, gente, o que a gente pede é isso. Como é que pode... O Estado não pode ser soberano ao ponto de não ter que justificar nada para a manutenção daquilo que eles querem. É preciso ouvir os dois lados e chegar a um consenso e resolver. E Rio Vermelho C está nessa situação.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER - A Rio Vermelho C é tão fácil de se resolver. É só fazer o que você falou: colocar "reserva sustentável". Dá para vocês terem 10 hectares abertos. Dá para se manter, dá para colocar energia para vocês. É muito fácil. Eu acho que falta empenho, Deputado Ribamar. Eu acho que o Governo não quer fazer as coisas e fica empurrando, como a Doutora Eva disse, não é? Falta empenho. Eles burlam a lei. Porque se eles não cumprem a lei, então, automaticamente, poderiam extinguir aquilo que eles tinham feito.

O senhor Douglas, por favor. Pode usar aí, a fala.

O SR. ANTONIO DOUGLAS BARBOSA - Bom dia a todos. Gente, é o seguinte, eu estou querendo... (**ininteligível**).

O SR. CHIQUINHO DA EMATER (Presidente) - Fique mais perto do microfone, porque estamos gravando.

O SR. ANTONIO DOUGLAS BARBOSA - Há muito tempo a gente está lá dentro, o Deputado Ribamar Araújo sabe disso, o senhor também já sabe há muitos anos, a doutora ali. E eu cheguei lá, já faz 25 anos que eu estou lá dentro. É luta todo o tempo, é pressão. Se você deixar uma porteira fechada é cortado o cadeado, é desse jeito. Eu fico até sem jeito de falar porque o que eu tinha de falar a Associação do meu amigo ali, o Wilson, já falou. A doutora já falou. Então eu fico sem argumento. A única coisa que eu venho pedir é que a luta continue. Que vocês deem apoio maior para nós, para poder ir para a frente, poder seguir em frente. Já tive tanque de peixe aberto por eles, estourados; já tive muitas coisas... Perdi, não é? De olharem na panela da minha casa para dizer que eu estava comendo uma caça. Apesar que eu acho que todo agricultor tinha que ter o direito de matar um porco para comer.

Mas, então, aquilo foi se agravando. Eu fico emocionado em ficar falando, dá nervoso, aí, eu já não tenho mais como me garantir. Está praticamente de largar. Largar e ir embora, porque não se decide nada, não se faz nada e eu estou nessa situação. Aí, tanto eu, como muitos. E eu fico... Gente, vocês me desculpem, mas o que eu queria falar a Covid não deixa porque estou "esquecido", quase surdo por completo, então, gente, eu venho pedir mais luta a vocês dois para a

doutora e aos diretores das associações, que continuem na luta, que a coisa não é brincadeira, a coisa é feia.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER (Presidente) - Eu lembro muito bem, o senhor esteve algumas vezes na Emater, quando eu estava presidente, o senhor Matora, não é? E eu aproveitava, pedia uma salva de palmas para o senhor Matora, que lutou tanto pela Rio Vermelho. E pedir a Deus que lhe dê uma boa recuperação, que ele merece, porque ele sempre foi um lutador por vocês, lá, não é? Mesmo não morando na Linha, mas ele foi o presidente e sempre estava lá pedindo por vocês. Obrigado ao senhor. Tem todas as razões.

O SR. ANTONIO DOUGLAS BARBOSA - Só uma, uma ressalva, a área lá, não é mais 4 mil (hectares). São 2 mil e pouco, agora.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER (Presidente) - É uma área pequena mesmo. É uma área pequena. Se resolve tão fácil. Só falta vontade. Quero agora...

O SR. JEAN DOUGLAS BARBOSA - Com licença, Presidente. Com licença.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER (Presidente) - Pois não.

O SR. ANTONIO DOUGLAS BARBOSA - É meu filho.

O SR. JEAN DOUGLAS BARBOSA - Sou filho do Douglas. Me chamo Jean Douglas Barbosa. Só para acrescentar ao que meu pai falou, a gente está lá há... Eu tinha 14 anos. Eu tenho 43 (estou meio nervoso, mas eu vou falar aqui). A luta. Não tinha estrada. Era picada. Dormia a Dona Ana. O senhor

Dionízio, como ele falou, meu vizinho, faleceu agora, esses tempos, em casa, sem ter o nome dele como título de terra. É uma vergonha falar isso com um senhor que tinha 70 anos. Tem um outro nosso aqui, que ele falou também, que a esposa dele teve derrame, está na cidade, tem 71 anos. Outra vergonha para o nosso Estado. E outros aqui, mais e mais e mais. Não é?

O SR. CHIQUINHO DA EMATER (Presidente) - Obrigado.

O SR. JEAN DOUGLAS BARBOSA - Quero deixar registrado que, domingo agora, helicópteros voando, faltando destelhar a casa nossa, lá, todo final de semana. Todo final de semana. E voo baixo mesmo. Meu vizinho Leandro, também, mesma coisa, entraram lá, quebraram a porta da casa dele. Janelas, certo? O Luizinho, também. Outro amigo nosso, outro companheiro nosso. Onde vai parar? Por que esses cidadãos, são como nós, simples, só porque são do Governo, têm direito de fazer isso? Será que vou ter que ver meu pai falecer para poder sair essa documentação?

Tínhamos café, tínhamos banana, quantidades de banana antes, e hoje temos pouco, porque a gente não sabe se vai ficar na terra. Tanque de peixe que a gente tem lá, secos, secos; tanques de 70x70, podia tá produzindo, podia tá dando renda ao Estado. Temos frigoríficos aqui em Ariquemes, exportamos para os Estados Unidos o nosso tambaqui. Qual é a dificuldade, em 1800 metros quadrados? Por que fazer sofrer o agricultor que dá renda para o Estado, que tem um local de trabalho? É só isso. Muito obrigado.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER (Presidente) - Obrigado, filho do Senhor Douglas. O Senhor Douglas sempre esteve lá com o

nosso companheiro, que é o ex-Presidente, o Senhor Matora, sempre esteve lá com a gente. Nós só temos a lamentar. Eu tenho vergonha de estar ouvindo essas situações todinhas e o Estado não dá uma solução, Deputado Ribamar. É vergonhoso para todos nós. Infelizmente, eu tenho que dizer isso. Eu não queria falar isso, mas infelizmente a gente, como deputado, só sente vergonha do Estado, porque não faz aquilo que tem que ser feito; e resolver as pequenas coisas que estão aí, tão fáceis de se resolver para o produtor rural.

Professora, a senhora já se inscreveu aqui, não é? A senhora pode se inscrever, tá? Vou pedir para uma pessoa ir aí, contigo, te inscrever. Por favor, alguém aqui da Casa, inscreva a nossa amiga lá. Vai falar agora a Senhora Lúcia Cordeiro. Quem é Lúcia Cordeiro? Pois não, pode apertar aí, (o botão do microfone). Está com a palavra, Dona Lúcia da Linha C-03.

A SRA. LÚCIA CORDEIRO - Bom dia a todas e a todos, meus colegas, companheiros da C-03. Quero dar bom-dia à Mesa, na pessoa da advogada, da doutora, do nosso Chiquinho, deputado, nos representa; nosso Presidente aqui da Casa e aos nossos líderes das Linhas, inclusive o meu líder, que é o Presidente, o senhor Adelson.

Bom, pessoal, eu sou a Lúcia. Eu conto um pouquinho também da história, bem rápido, porque já foi contado tudo. Eu venho também dessa... Sou vítima da ignorância e da falta de respeito com o homem, o agricultor e a mulher. Então assim, eu peguei meu Fundo de Garantia - meu FGTS -, e investi no sítio, porque sou indígena, gosto, tá no meu sangue, tá na minha cultura. E ali fui surpreendida. Em 2017, a Sedam chegou ali e arrancou todo o meu sonho, todos os meus projetos, toda a minha dignidade. Não conseguiu me

derrubar, porque eu sou guerreira, eu sou mulher e ninguém vai me derrubar. Apenas eu vi eles cerrarem a minha casa, arrancarem com motosserra o meu dinheiro, os meus recursos, o meu sonho, o meu investimento, a minha vida. Assim como vi também eles fazerem com os sonhos e tudo o que foi feito dos meus amigos, dos meus colegas e vizinhos ali do local.

Então assim, acho vergonhoso que nós temos que chegar a esse ponto de estar brigando, lutando, reivindicando, clamando e suplicando justiça, não é? Mais vergonhoso ainda é saber que nós somos o Estado, nós somos os cidadãos, nós somos quem mantém o Estado funcionando. Essa instituição, o Estado, somos nós. É vergonhoso quando entram e não respeitam. O homem tem que respeitar o homem. No dia que esse homem não respeita o homem, ele não merece o que come, ele não merece a roupa que veste, ele não merece as calças que tá dentro, ou cobrindo o seu corpo, sua vergonha, como queira chamar; porque foi isso que foi feito com a gente ali dentro. Todo mundo perdeu. Perdeu a sua criação, perdeu sua casa, perdeu seu suor, sua vida ali dentro. Nós estamos ficando com a cara enrugada com o sol que nos queima, com a pele manchada de sofrimento. Ninguém ali tá no parque de diversão. Nós não estamos pedindo um carro para ir para o shopping; nós não estamos pedindo que a gente, a nossa C-01 – a que dá acesso a todas as outras Linhas –, nós não estamos pedindo misericórdia; nós estamos pedindo, clamando por um direito que nós temos como cidadão, como cidadã, como mãe, como mulher, como homem, como agricultor.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER (Presidente) - Justiça, não é?

A SRA. LÚCIA CORDEIRO - É, Justiça. Por quê? Porque nós somos vítimas. Eu sou filha de um agricultor. Meu pai era

agricultor. Meu pai sofreu na nossa cidade. Nós ficamos muito pequenininhos sem mãe. Viemos para a cidade. Fomos marginalizados na cidade. Porque o agricultor, na cidade, não sobrevive. O homem, quando deixa o campo, ele deixa toda a sua vida lá dentro. Ele deixa o seu sonho, a macaxeira, a abóbora, o feijão, o arroz era o que sustentava a nossa casa. E era plantado pelas mãos do meu pai. Suadas, calejadas, enrugadas. O meu pai tinha marcas na cara, no corpo, em todo canto; do campo. Não era porque roubava, não era porque matava, não era porque tirava do homem o suor; porque o homem que vai lá e destrói a casa do outro homem está tirando da gente o nosso suor.

Tem gente lá dentro que está com processo. Vai agora responder a processo porque tirou pau para fazer a sua casa - outra vez -, porque aquela já tinha sido derrubada, o que é vergonhoso, que nós vivemos aqui. Eu sou filha daqui e me envergonho. Tenho vergonha de ver que nós temos que estar mendigando, suplicando que façam algo, que respeitem, porque nós - o cidadão -, ele só precisa de respeito. Quando você respeita uma criança, ela te responde com respeito. Quando você desrespeita uma criança, ela te responde com a mesma força.

Assim, nós, os agricultores, ali, estamos ficando suados, calejados, sofridos. Nós não aguentamos mais. É muita humilhação. Primeiro, tem um que tem documento dado pelo Incra; o outro, não pode. Sai. Como é que essa pessoa sai? Com uma mão na frente, outra atrás, carregando as carradas de cana, correndo, porque a Sedam vai botar fogo em tudo. As minhas árvores foram todas queimadas, todas cortadas. Eu tinha limão, laranja, manga, tudo enxertada, comprada com o meu suor. Eu não roubei nada de ninguém. Eu não pedi nada de ninguém e hoje eu estou aqui suplicando porque eu quero que

devolva. "Ah, não é ali", pois é, em outro lado, porque aqui tem terra. Eu não vou levar essa terra nas minhas costas, para a minha sepultura. Eu quero viver minha vida com dignidade. Com dignidade!

Aqui, nós sabemos que tem o Estatuto do Homem, é um poema muito bonito, escrito. Mas, nós não sabemos o que isso quer dizer. O quanto o homem sofre! Por que é que nós temos que sofrer nessa vida? Será que nós temos que morrer como está ali? (Oh!) A família, lá, dizendo: "O pai morreu, a mãe morreu, todos nós vamos morrer". Será que nós não vamos ter dignidade? Nós vamos morrer sem dignidade? Nós rondonienses, portovelhenses, seja de onde nós formos, nós vamos morrer sem dignidade? Vamos passar por essa vida como um "nada", como um verme?

Eu sinto vergonha de ser cidadã, de ter Título de Eleitor que só se faz valer no dia que eu voto. E quando eu quero tirar um documento, ou participar de um treinamento, ou de um concurso ou de qualquer uma outra coisa, porque não me serve para mais nada, nem para garantir que eu tenha o direito na terra que eu cultivei. E a minhas árvores foram todas arrancadas pela raiz, ainda estão nascendo. Estão nascendo, elas são fortes como a gente. Elas brotam. Brotam. Estão lá brotando e a gente está aqui pedindo, igual às árvores, que deixem a gente lá, que deixem, que deem o direito de esses pais criarem seus filhos longe da marginalidade da cidade, da internet, do mundo que está invadindo a nossa casa.

Ah, aquela C-03 lá, a gente não tinha como entrar. Alguns carros entravam e outros não. Nós não entrávamos mais. Sabe quando é que nós conseguimos rodar, agora? Com o início das aulas. Foram obrigados a limpar a C-01 para que nós

podéssemos entrar, porque nós estávamos recebendo um castigo grande, lá dentro. Nós não entrávamos mais. Um trator virou, matou um rapaz de 28 anos. Todos, a maioria dos nossos colegas aqui sofreram acidentes na C-01. E ninguém se movimentou, ninguém se responsabilizou, ninguém quer saber. Porque ali tem o quê? Agricultor, ruralista, rural, o homem suado, sofrido que quer plantar. Porque sem essa agricultura familiar nós não vivemos, porque é ela quem sustenta o nosso país, faz movimentar o Brasil de norte a sul. É verdade, deputado.

E eu quero agradecer ao deputado e o nosso outro deputado por estarem dando esse apoio, por estar abrindo a Casa para a gente. E a todos aqui presentes. Me desculpem pela emoção, mas é só isso que a gente sente, porque está doendo no nosso pé. Muito. E sufocando o cidadão, o agricultor familiar. Esse está sofrendo. Somos nós. Obrigada.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER (Presidente) - Muito bem. Obrigado, Lúcia Cordeiro, da Linha C-03. Falou com muita emoção, mas falou a realidade, a verdade. O Estado é que provoca todas essas situações contra as pessoas, contra o produtor rural. Eu fico até com vergonha, entendeu, de uma situação como essa. Mas você pode ter certeza que a Sedam, já combinei aqui com o Deputado Ribamar, nós vamos fazer um Requerimento para que a Sedam compareça à Comissão de Agricultura, para a gente relatar tudo isso que vocês estão colocando aqui nesta manhã, para que o Estado possa trabalhar, para que resolva todas essas situações, que isso é lamentável. Obrigado Lúcia. Parabéns pela fala.

A SRA. LÚCIA CORDEIRO - Obrigada. Obrigada.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER (Presidente) - Queria agora, aqui, chamar o senhor Josias Cavalcante. Ainda faltam quatro pessoas. O senhor Josias se encontra? Senhor Josias, se quiser pegar aí, da plenária, pode ligar aí e pode falar. Está com a palavra.

O SR. JOSIAS CAVALCANTE - Bom dia a todos e a todas. Muito bom estar com vocês aqui. A Mesa Diretora. Meu nome é Josias Cavalcante, sou da Linha C-10. As dificuldades lá foram expostas todas aqui, a gente está mais que ciente, mas eu trago o meu repúdio pelo abuso de autoridade que a gente tem visto acontecer na nossa Linha.

Se alguém transporta uma roçadeira ou coisa parecida é ameaçado ficar sem. Às vezes, por falta de recursos, não tem condições de comprar uma motosserra para liberar, quem sabe, uma árvore que caia sobre uma cerca. E se a pessoa tem uma possibilidade de comprar um motor de segunda mão, pode também ficar sem.

Enfim, eu acho que está mais que claro o abuso de autoridade. Alguém entrar dentro da propriedade de alguém estourando cadeado, e tal, sem uma ordem judicial! Em que mundo nós estamos vivendo? Totalmente fora de mão, estão totalmente equivocados. Exemplo, o Estado exige que o agricultor que tem lá a sua criação, vacine, certo? E como é que eu vou vacinar um boi nelore, um gado nelore, sendo que eles não deixam a gente construir, um curral? Não pode fazer.

Temos relatos, senhores, de uma comissão da Igreja Assembleia de Deus que, em uma propriedade privada, foi tirar umas tábuas para fazer um refeitório e alguém, não sei se

munido da sua própria motosserra ou com abuso de autoridade, cortou todas as tábuas. Talvez com a motosserra da própria equipe. Eu acho isso uma coisa abominável. Já passou da hora de alguém tomar uma posição, porque não existe isso. No mundo em que nós estamos vivendo, de pessoas todas insensíveis, as pessoas estão vivendo à flor da pele, pode acontecer uma tragédia a qualquer momento. É mais que claro que passou da hora de tomar uma posição, não é?

Quero pedir aos nossos representantes que nos deem atenção nas estradas também, porque a estrada vai beneficiar a todos. Nós não temos estradas e isso traz uma dificuldade muito grande. Representante da energia, aqui, teve vezes em que passamos quase 3 dias sem energia. Agora, imagina, falta água em casa, para o gado que, às vezes, a água também é bombeada. Faltou energia, como é que a gente vai fazer?

Estamos esquecidos, infelizmente estamos esquecidos. Eu peço, calorosamente, se não forem os nossos deputados, se não forem os nossos representantes, o que nós vamos fazer? Abandonar? Não podemos. É a nossa vida. Estou ali na C-10, resido ali, eu e a minha mui digna esposa, Dona Maria Elza. Encarecidamente, nós pedimos a vocês que olhem para a gente. Olhem para nós, porque é daí que vem o recurso, é daí que nós tiramos o nosso sustento e somos necessitados, sim, sem sombra de dúvidas, da atenção de vocês. Que Deus possa abençoar a todos. Amém?

O SR. CHIQUINHO DA EMATER (Presidente) - Obrigado Senhor Josias Cavalcante, pela sua fala muito importante. Também parabenizar a sua esposa, que está aqui presente.

Chamar agora o Senhor Moisés, Presidente da Linha C-02.
Pode falar Senhor Moisés.

O SR. ANTÔNIO MOISÉS CAVALCANTE - Bom dia a todos. Tenho muita satisfação de aqui estar, para que alguém finalmente nos ouça. O nosso clamor. Eu sou filho de seringueiro. Meu pai chamava-se Moisés e cortou seringa por 44 anos, até que, um dia, a seringa não deu mais para ele sustentar os seus filhos. Ele tinha que trazer para a cidade, para poder estudar. Teve que sair da seringa. Com isso, veio trabalhar na Estrada de Ferro Madeira Mamoré. Eu vim junto. Hoje eu sou ferroviário, talvez um dos últimos. Nunca saí, nunca deixei de estar na minha localidade de origem, que seria o meu sítio, a minha terra, o meu mato.

Quando um belo dia, vou ser bem preciso, no dia 6 de agosto de 2017, tivemos a felicidade de comemorar, junto com os nossos filhos, com nossa família, o aniversário da esposa; e, segunda-feira, logo depois, dia 7 de agosto, a Sedam entrou dentro da minha propriedade, quebrou o cadeado da minha porteira e derrubou minha casa, total. O meu amigo José Guedes, com certeza, tem algumas fotos aí que podem mostrar isso aí, eu acho que ele deve ter. E eu acredito que para um homem, para um trabalhador, é a pior coisa da vida de um ser humano ele ter sua casa jogada ao chão, sem ele saber o porquê, sem ele sequer ter noção do que aconteceu. Porque estou na propriedade desde o desde o dia 19 de setembro de 2001, já comprei a propriedade nessa época, há muito tempo, porque o meu pai ganhou uma terra lá do Soldado da Borracha, mas eu achava que era muito longe e comprei esse pedaço de terra, onde isso veio a acontecer.

Desde esse dia, 07 de agosto de 2017, eu venho sofrendo, batalhando; vim imensas vezes com o Dr. Ribamar Araújo,

obrigado Doutor por ter me ajudado tanto, pelo menos ter tentado. Chiquinho, muito obrigado, viu meu irmão? E todos os presidentes, o Pastor Wilson, o José Guedes, o senhor Adelson e tantos outros que têm lutado do mesmo jeito que eu.

Essas coisas deixam a gente muito triste, muito fraco. Por quê? O meu pai, por ser seringueiro, era um homem analfabeto; eu sou obrigado a ser analfabeto, que nem os meus filhos é obrigado a ser analfabeto. Mas se enganaram comigo, que eu tenho filho diretor de colégio, hoje. Se ferraram.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER (Presidente) - Parabéns, parabéns.

O SR. ANTÔNIO MOISÉS CAVALCANTE - E essa oportunidade que eu tenho hoje, de falar o que eu estou falando, essa revolta, isso é para que todos os meus amigos que aqui estão, que eu sei que aí em cima tem muitos e eu não estou vendo, mas tem muitos que estão passando a mesma situação que eu passei. E vou falar mais: não vou desistir da minha terra. Não vou desistir. É bem mais fácil eu ser enterrado lá do que eu desistir. Não vou desistir porque foi uma coisa eu comprei, lutei, conquistei e criei, estou criando meus filhos dessa forma.

Não vou desistir, ainda mais hoje, que eu tenho a força de dois guerreiros ali, Dr. Ribamar Araújo e Chiquinho. Muito obrigado, meus amigos. Não vou desistir.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER (Presidente) - Obrigado Moisés. Parabéns pela sua luta, pela criação dos seus filhos, colocar seus filhos na escola. Seu pai não teve oportunidade naquela época, né? Mas você, graças a Deus, colocou seus filhos na escola e hoje tem um diretor de uma escola. Que bom, parabéns.

Quero aqui chamar, são dois defensores públicos. Primeiro: José Ferreira da Silva e, depois, a Senhora Rosângela Souza. Estão com a palavra, tá? José Ferreira da Silva, Defensor Público Popular.

O SR. JOSÉ FERREIRA DA SILVA - Bom dia a todos, à Casa, aqui, dos nossos deputados. Eu me chamo José Ferreira da Silva. Eu sou Defensor Público Popular certificado, um curso de 2 anos que nós fizemos através da nossa Defensoria Pública. Nós somos mais de 60 Defensores Públicos. Eu já participei de várias Audiências Públicas.

Eu quero levar ao conhecimento dos nossos deputados. Hoje, tudo o que está acontecendo nessa situação se chama Incra. Por quê? Um órgão federal deixar acontecer tudo o que está acontecendo com esses agricultores, trabalhadores, pais de família. Nós tivemos um congresso através da Pastoral da Terra, dia 30 de março, agora. Foi convocada para ir lá, a Defensoria, em conjunto. Foram convocados todos os órgãos públicos competentes para comparecer nesse congresso. E esse Congresso era "Despejo Zero". O único que compareceu foi o nosso Procurador da República, Dr. Rafael, que compareceu. Infelizmente, outros órgãos competentes não compareceram. Isso é uma vergonha. Por quê? Os responsáveis por tudo isso que está acontecendo não comparecem. Nunca comparecem. O Incra, como dono da terra, dá posse a esses trabalhadores, dá documentos e depois cruza os braços e deixa acontecer.

No dia 31 de março ia ter um "despejo máximo", deputado. E eu quero levar ao conhecimento dos deputados, que foi adiado esse despejo, essa reintegração de posse, que, no caso, vai atingir mais de 30 mil famílias e trabalhadores. Eu não sei se o senhor tem conhecimento dessa situação, foi adiado para 90 dias. Não só esses trabalhadores podem ser, a qualquer momento, atingidos, como mais 30 mil famílias. Foi adiado. Então foi 30 de março. Teve 3 meses, 90 dias. Então, está próximo. A qualquer momento pode chegar. E esta Casa vai ver acontecer um vendaval de muitas famílias sendo despejadas. Por quê? O Incra não toma a responsabilidade dele. É muito vergonhoso. Cruza os braços, deixa criar projeto e lei, sendo ele dono de todas as terras. E tem terra, deputado. Tem terra. Infelizmente, ele não está tomando a responsabilidade.

E todas as Audiências Públicas que eu já fui, agora mesmo, tem uns 20 dias, teve uma Audiência Pública na Câmara Municipal. Eu estive lá, não, só eu, como a Dona Rosangela. Lá vai atingir, ia atingir, na verdade, mais de 5 mil famílias dentro do nosso Município de Porto Velho. E o nosso Incra foi convocado. Não compareceu e nem justificou. Então, vossa autoridade, eu convoco vocês deputados, convoco o Incra, que ele possa comparecer e explicar o porquê de toda vez que tem Audiência Pública, ele não comparece. E sempre - desculpa -, cruza o braço. Isso é uma vergonha. Infelizmente.

Eu creio que esta Casa já conseguiu revogar todas essas áreas que estão na ponta de uma agulha, de uma faca. Porque isso é uma vergonha. Essas famílias, têm crianças que nasceram nessas terras, hoje já cresceram. Deus o livre, o que pode acontecer a uma pessoa que nasceu naquela localidade, conhece a respeito. Porque quem leva a comida,

a alimentação para o rico, para o pobre, é o agricultor. Não tem outro, não. A mesa do rico hoje tem sua salada, o seu alimento, através de quem? O seu leite da manhã é do trabalhador agricultor.

Então, infelizmente, isso se chama Incra e ele tem, sim, que ser responsabilizado e tem que comparecer na Casa e falar, se explicar do porquê eles estão deixando acontecer isso. Ou o Incra não está tendo mais condições? Por quê? Para tirar esse povo das terras onde eles estão, vai colocar onde? Na beira da rua? Infelizmente, é vergonhoso. A gente fica muito triste com tudo o que está acontecendo.

Eu gostaria, deputado, convoque o Ministério Público Federal, o nosso Governador, a Sedam, Ibama; porque hoje, se você queimar um monte de folha, se você rastela ali, pode ter certeza que a Polícia Ambiental vai chegar na sua casa e vai lhe multar. Mas a Sedam pode ir lá, tocar fogo, destruir, fazer igual muitos companheiros que estão aqui. O que eles fazem é invasão a domicílio. Isso é um crime. Porque, a partir da hora que um órgão entra dentro de uma residência sem permissão, eles estão cometendo um crime. Isso é crime, eles não podem.

Mas eu deixo a fala com a Rosângela, companheira aqui também que é Defensora Pública Popular. E também quero aqui parabenizar a nossa Defensoria Pública, que trouxe um curso muito importante para nós que somos Defensores Populares, para levar ao conhecimento da Defensoria Pública e nos ensinaram também a levar o conhecimento para aqueles que precisam. E bom dia para vocês. Estão todos de parabéns.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER (Presidente) - Obrigado ao Defensor Público Popular, o senhor José Ferreira da Silva. Colocou muito bem aqui. E parabenizar a Defensoria Pública, por ter criado esse mecanismo de Defensor Público Popular.

A doutora Eva me passou aqui, que uma decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) suspende a reintegração de qualquer situação até 30/06/2022. É isso, doutora? Espero que ele reedite outra portaria por mais um ano, não é?

A SRA. EVA LÍDIA DA SILVA - Isso, por 90 dias.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER (Presidente) - Passar aqui a palavra agora para a doutora Rosângela Souza, da Linha C-03, também Defensora Popular.

A SRA. ROSANGELA SOUZA DA SILVA - Bom dia a todos.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER (Presidente) - É a última, não é? Depois vai o Deputado Ribamar Araújo, que o pessoal está com muita fome já, não é? Mas é importante todo mundo permanecer, porque isso aqui é para a gente lutar por vocês mesmos.

A SRA. ROSANGELA SOUZA DA SILVA - Bom dia a todos. Em primeiro lugar quero agradecer à Casa, que abriu essa oportunidade para nós. Agradecer a todos os representantes das comunidades.

Eu sou defensora pública e, ao mesmo tempo, sou agricultora, com orgulho, viu? Eu participo de muitos

movimentos porque tenho no sangue essa paixão por terra. Sou filha de uma pessoa humilde - assim como nós todos -, e quero aqui deixar minha indignação com o Incra, que se existe sem-terra; se existem invasores, é porque não tem reforma agrária no Brasil. Porque se existisse reforma agrária no Brasil, não teriam invasores de terra. Então, se tem invasores é porque não tem reforma agrária no Brasil. Se tem essas pessoas sofrendo aqui - a minha indignação é ver um senhor nessa idade, doente -, pessoas morrendo dentro da terra, pessoas sendo expulsas das suas terras, das suas casas; agricultores recebendo multa por derrubar. Como é que esses agricultores vão plantar se eles não podem derrubar? Se eles não podem derrubar, como a Sedam pode chegar lá derrubando casa, derrubando árvore, queimando? Não é crime ambiental? Então gente, está faltando ordem nesse Brasil.

Eu me envergonho hoje, de ser brasileira. Eu me envergonho hoje, de dizer que sou agricultora. Como é que eu sou uma agricultora, se eu não tenho uma terra? Eu brigo por terra há não sei há quantos anos da minha vida, lutando para ganhar um pedaço de terra. Eu não tenho uma terra no meu nome. Eu vivo de assentamento em assentamento. Quando eu chego: "Dona Rosângela, ali tem um assentamento" e eu corro para lá. Quando eu chego lá, tem uma reintegração, o povo sai e nós não ganhamos a terra.

Aí, doutora, eu vou questionar com a senhora, uma fala do Senhor Adelson, quando disse que os advogados estão sendo comprados. A senhora diz que eles não têm conhecimento. Têm sim doutora, me desculpe, têm sim. Não tem uma Justiça, não tem um ser humano que não saiba que esse povo precisa de terra, que nós precisamos de terra, que nós precisamos estar no campo. O que falta desse povo, doutora, é que nem a senhora falou: é respeito pela comunidade, respeito pelo ser

humano, respeito por nós, agricultores, viu? Esses senhores que representam, assim como a senhora, eu tiro o chapéu para vocês. Que têm a coragem, uma mulher que nem você, que nem o Chiquinho, que nem o doutor Ribamar Araújo, que lutam por nós, agricultores.

E nós fizemos esse curso, porque eu vivo gritando, pedindo socorro. Eu vi muitos companheiros serem tombados em conflitos. Eu já estive em muitos conflitos. Então, eu já não sei mais a quem pedir socorro. E eu vou pedir mais uma vez aqui ao Governador, aos Direitos Humanos, à Defensoria Pública, à Pastoral da Terra, à doutora Valdirene, que nos deu esse curso; ao Dr. Rafael, do MPF (Ministério Público Federal), que nos ajudem, que tenham misericórdia. Fizeram essas Reservas em cima de uma área de agricultura familiar. Eles construíram essa Reserva em cima de uma área que é da agricultura familiar. Existe um Projeto feito em Brasília. Nós não fizemos Projeto aqui em Rondônia. Foi feito em Brasília. Então, não tem mais respeito por Brasília? Por quem nos representa? Por quem nós colocamos lá para nos defender? Existe um Projeto - Projeto PAF Jequitibá (Projeto de Assentamento Florestal) - é de área de agricultura familiar. Lá também fizeram Reserva. E os agricultores estão onde? Sendo expulsos de cima de suas terras.

Então gente, nós estamos pedindo, esse grito aqui é de socorro. É de justiça. Não dá para continuar vivendo assim.

Não dá para nós continuarmos vendo essas torturas, porque o que esse povo está vivendo é tortura. Não é crime? A Constituinte não diz que é crime? Então é um crime que está acontecendo, é um crime o que a Sedam está fazendo, botando multa em cima de agricultores. Esse senhor dizer que a panela dele foi vistoriada para ver se tinha uma caça

dentro da panela? Ele acha que ele não pode comer uma caça? Ele pode, sim. A lei ampara ele. Ele não pode matar para vender, mas matar para comer ele pode e deve. Ele é um agricultor familiar.

Então, gente desta Casa, Governador, Ministro, Presidente – o senhor ainda está aí –, socorra essa nação agricultora, socorra esse povo, socorra o Brasil. Não existe comida na mesa de qualquer cidadão se não tiver um homem no campo. E eu estou aqui, junto com meu companheiro aqui, defensor público; e eu, defensora pública e, ao mesmo tempo, agricultora. Eu me orgulho de ser agricultora, me orgulho de ser defensora. Nós ganhamos esse curso e nos formamos para defender o povo. E hoje vocês olhem bem para meu rosto, que eu não vou parar.

Eu sou ameaçada de morte por fazendeiro, por latifundiário, por pistoleiro; a minha vida é me esconder, mas eu não tenho medo, não. Eu mostro minha cara na televisão e onde tiver um crime em cima de agricultor, em cima de área de terra, em cima de qualquer cidadão brasileiro, eu vou estar lá pedindo justiça, pedindo proteção. Primeiro de Deus, claro, e das autoridades da terra. Eu vou estar lá. Todo mundo sabe. A Justiça de Rondônia sabe que eu sou ameaçada por fazendeiro, por latifundiário, por pistoleiro por fazer denúncia. Eu não vou parar. Enquanto o meu coração bater e o meu sangue pulsar na minha veia, eu vou estar pedindo justiça. É para você, doutora; para você, Chiquinho; para você, Doutor Ribamar; para esta Casa.

Governador, eu não acredito que vocês vão deixar esse povo agricultor ser despejado, porque o nosso País é grande, nós temos terras o suficiente para amparar; terra da União suficiente para o agricultor. O que está faltando é atitude,

é coragem, é responsabilidade, é respeito pela nação brasileira. Pedimos justiça. É o que eu tenho para pedir. E terra. E se vocês derem essas reintegrações, se os juízes derem essas reintegrações, eu e todos os agricultores, 48 horas depois, nós estamos de volta em cima das terras, porque a terra é da União, e a União é o povo e eu estou junto com eles. Obrigada. Bom dia. E eu agradeço.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER (Presidente) - Parabéns, Dona Rosângela Souza. Falou muito bem. Defensora popular. Parabéns pelo curso. E dizer só que é o seguinte: no caso aqui, é o Estado que quer tomar a terra de vocês. O Incra doou a terra para vocês e o Estado quer tomar. Então a gente não pode ficar calado diante de uma injustiça dessas que vocês estão passando por diversos tempos, por diversos anos. Então, só para esclarecer que essas terras, foi o Incra que assentou as pessoas, depois falou que não tem interesse, mas essas terras são de vocês que estão lá há muitos e muitos anos.

A SRA. EVA LÍDIA DA SILVA - Só um esclarecimento...

O SR. CHIQUINHO DA EMATER (Presidente) - Pois não, doutora.

A SRA. EVA LÍDIA DA SILVA - Só esclarecendo a colocação, em relação a quando eu me referi à falta de conhecimento, não é da área jurídica, mas do caso específico em si, porque não basta ser inteligente, tem que conhecer as inconsistências relacionadas ao caso concreto, porque quando você lê o que está na lei, ouve-se falar de um parque; um parque, até para ele ser visitado tem que ter autorização; é a Unidade de Conservação mais restrita que existe. Porém,

quando você vai estudar essas inconsistências – que são poucas as pessoas que têm essa coragem de estudar isso – quando se faz a retroatividade dessa construção – o exemplo que dei do Parque Guajará – as terras eram devolutas. Agora, em 2016, a União arrecadou parte daquela área. Nós temos a Certidão de Inteiro Teor onde eram terras devolutas da União. Não teve destinação por lei. Apesar de ter sido criado um parque, também não respeitou. Por ser área de fronteira, tinha que ser por lei e não por decreto. Então quando eu digo “falta conhecimento”, são nessas questões específicas. E na hora que um colega, quando ele vai pedir a regularização, ele pede regularização. E não se pede regularização de uma área que um dia é Unidade de Conservação, onde ela tem o seu requisito restritivo. Entendeu? Então é em relação a isso e muito bem colocado por você. Obrigada.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER (Presidente) - Obrigado. Obrigado, doutora Eva.

Eu quero agora passar a palavra para esse grande deputado, esse grande amigo que conhece tão bem desde sempre a situação de todos vocês que, quando ele era Secretário de Agricultura do município, salvou aquelas estradas, não é Deputado Ribamar? E de lá para cá, as coisas vêm acontecendo e ninguém faz isso como o senhor fez, com tanta competência, as estradas ali daquela região toda. Então, passo aqui a palavra ao Deputado Ribamar que conhece tão bem essa situação de muitos e muitos anos.

O SR. RIBAMAR ARAÚJO - Boa tarde a todos. Agradecer ao Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Chiquinho pela convocação dessa Audiência, juntamente comigo, sou subscritor, mas também pelas suas palavras de elogio e

reconhecimento, meu querido Deputado Chiquinho, à nossa luta.

Cumprimentar aqui o senhor Flávio Rodrigues, Presidente da Aclolicam; cumprimentar o senhor Adelson Alves Nazareth, Presidente da Asproniã; cumprimentar a Dra. Eva Lídia, advogada, com muito conhecimento, já, nessa área. Veja o tamanho da minha responsabilidade, Dra. Eva Lídia, e que essa responsabilidade minha, a senhora absolva, porque nós vimos aqui várias reclamações a respeito dos advogados que pegaram as causas e não corresponderam com a confiança que os produtores lhes depositaram. E eu apresento a senhora, como já pedi que a senhora estivesse presente em algumas oportunidades, porque confio na senhora; acima de tudo, na sua honestidade e na sua competência. E a senhora, hoje, é uma das profundas conhecedoras da área ambiental e que pode nos ajudar muito de todas as formas.

A SRA. EVA LÍDIA DA SILVA - Obrigada.

O SR. RIBAMAR ARAÚJO - Cumprimentar o senhor José Guedes, nosso amigo e Presidente da Asprole; cumprimentar o pastor Wilson, grande amigo, também, representante aqui da Linha C-10. Em nome do Senhor Moisés, do Douglas, do "Zé Doido" cumprimentar todos os que se fazem presentes aqui nessa Audiência Pública.

Importante, Deputado Chiquinho, porque passa a ser uma trincheira de luta e de esperança para o nosso povo, que, de acordo com relatos dele, que eu já tenho conhecimento há tanto tempo, a gente vê a angústia, o sofrimento. Como falou a professora Lúcia, a súplica por justiça. E eu vou um pouco mais além: não só por justiça. O povo suplicando para poder

trabalhar, para poder derramar suor, para poder enfrentar esse sol escaldante, que é aqui da nossa Amazônia, e não está tendo esse direito. É muito triste. E aqui as palavras que eu mais ouvi nessa Audiência e, por várias oportunidades pronunciadas pelo senhor, foram "vergonha" (vergonha dos governos que nos submetem a essa situação); e outra palavra, também: "respeito" (ou falta de respeito), que a maioria das autoridades, principalmente aquelas que têm o poder da caneta, não têm pelo nosso povo.

Porque um Governador que cria uma Reserva por Decreto, não respeitando primeiro as pessoas que estão em cima, e cria uma Reserva para botar a mão no dinheiro daquele Planafloco, como falou aqui o Senhor Adelson, e que esse dinheiro não chega na ponta, não chega para o povo. Fica no meio do caminho. No bolso desses mesmos bandidos que dão em troca essas Reservas, sacrificando o nosso povo e criando um nó jurídico que depois, Deputado Chiquinho, Dra. Eva Lúcia, nunca mais se consegue resolver.

Então, isso é vergonhoso. O que o relato desse povo, Deputado Chiquinho, que quer trabalhar, quer viver com dignidade, quer criar, quer dar aos filhos uma condição que muitas vezes não tiveram, quer criar os filhos com dignidade. E em um país de tanta dificuldade, de falta de tantas oportunidades, o próprio povo quer criar as suas próprias oportunidades. Quer ter o sonho legítimo e sagrado de melhorar de vida e as autoridades que deveriam reforçar, que deveriam colaborar com esse povo, que deveriam buscar um caminho mais fácil para esse povo, faz é a dificultar, como nós vimos esses governadores que criaram essas Reservas: Reserva do Cuniã, Reserva Rio Madeira B, Reserva Rio Vermelho C; e mais outro governador que, no apagar das luzes, entregando já o mandato, criou 11 Reservas de uma vez só,

sabendo do sofrimento que nós já estamos passando, na tentativa de reverter essas injustiças, o cara faz mais injustiça em cima.

Esta Casa, vocês podem ter certeza, o Deputado Chiquinho falou muito bem, estamos nós dois aqui, nós somos da área da agricultura, evidentemente conhecemos muito de perto o problema de vocês, mas aqui, dos 24 deputados, nenhum se posiciona contra produtor rural. Aliás, já aprovamos leis aqui que tiravam a condição de não se criar mais Reservas por Decreto, para acabar com esse negócio de um Governador com uma caneta na mão criar a Reserva que ele quisesse.

Infelizmente, se entra com Adin (Ação Direta de Inconstitucionalidade), o Ministério Público entra com Ação e derruba as nossas ações aqui dentro. Mas a nossa parte nós estamos fazendo. E eu tenho certeza, Deputado Chiquinho, falo por mim e falo pelo senhor também, se dependesse da gente, esse povo estava lá produzindo, vivendo com dignidade e não aqui chorando, clamando, suplicando por justiça.

Eu tenho a consciência tranquila, meus irmãos, que nunca uma atitude minha, como político ou como homem, prejudicou o meu País, prejudicou o povo do meu País. Nós temos que ter muito cuidado, meus irmãos -, isso eu venho dizendo desde há 30 anos, quando eu entrei na política - de a gente ter muito cuidado e estudar a vida daqueles que nós queremos acompanhar politicamente, porque muitas vezes se dá força a quem depois vai trabalhar contra o povo.

O Governador que cria uma Reserva por Decreto, tirando do povo aquela condição de trabalhar; tirando do povo o

direito de viver melhor; o direito de sonhar com melhorias em suas vidas, esse não deveria nunca ter o voto do povo.

Agora, infelizmente, Senhor Adelson, a gente vê o povo às vezes no caminho errado, dando força àqueles que depois só prejudicam o povo. Isso, Deputado Chiquinho, com toda a sinceridade, o senhor já foi sincero nas suas palavras, nós não resolvemos o problema de vocês com essa Audiência Pública, mas nós chamamos a atenção das autoridades, que tem gente nessa situação, que vocês estão relatando aqui.

E nós vamos tentando, tentando. As palavras da professora Lúcia nos encorajam cada vez mais. Se as pessoas, faltando tudo, mas têm coragem de permanecer na luta, porque nós, que vivemos em uma situação melhor, também não participamos dessa luta, não é Deputado Chiquinho?

Nesta Casa aqui, vocês podem ter certeza de que, se dependesse de nós, o problema estava resolvido. Infelizmente não depende. Mas como disse o Deputado Chiquinho, nós vamos fazer documento para a Sedam, nós vamos fazer documento para o Governo do Estado, como já foi feito, através de Vossa Excelência, o pedido de um estudo. E esse estudo não pode ser feito pela Sedam, porque infelizmente, deputado, os órgãos governamentais que deveriam lutar pelo bem estar do povo, que deveriam lutar para ajudar o povo sair do sofrimento, eles querem cada vez mais é humilhar; é constranger; é descumprir a própria lei, para colocar o povo em situação cada vez mais difícil. Isso é que nós não podemos permitir.

Eu, como o senhor, como esta Casa, nos sentimos impotentes, mas nós não podemos, em momento nenhum, vendo um

povo tão corajoso como esse, que não abandona a luta, mesmo com todo sofrimento, mesmo com todas as condições adversas e a gente, muitas vezes aqui, se negar a estar do lado deles.

Às vezes dizem assim: "Estão descumprindo a lei", mas essa lei foi feita por alguém. E a coisa pior do mundo é cumprir uma lei mal feita; feita para dificultar a vida do povo. Isso é o que eu mais lamento, Deputado Chiquinho, já vi, em muitas oportunidades, o povo ser desrespeitado, ser chamado de invasor e de bandido. Eu pergunto a vocês: quem é mais bandido? Aquele que quer derramar suor, viver com dignidade, viver do seu trabalho digno; ou aqueles que não respeitam a lei, aqueles que se sentem acima da lei? Ou aqueles que têm a obrigação de fazer cumprir a lei e não o fazem? Quem é mais criminoso: quem trabalha de sol a sol, com as mãos calejadas ou aqueles criminosos de lesa-pátria que vendem a soberania da nossa Amazônia e do nosso Brasil? Ficam aí essas perguntas para vocês próprios responderem.

Meus amigos, encerro as minhas palavras por aqui. A meu respeito, a meu respeito já foi falado bastante. Da nossa luta, do tempo que a gente vem tentando ajudar esse nosso povo tão sofrido. E eu sempre coloquei o meu gabinete à inteira disposição, principalmente dos produtores rurais. Quando o senhor falou, em várias oportunidades, meu querido amigo Deputado Chiquinho, da nossa luta desde a Secretaria Municipal de Agricultura. Eu e a Dra. Josélia Saraiva deixamos provado que quando tem honestidade e tem compromisso com o povo se faz e o povo se favorece. E nós fizemos e deixamos o nosso nome na nossa história.

Infelizmente, depois da gente, não entraram pessoas que tivessem o mesmo compromisso e está aí o povo clamando por estrada, por tudo. Na zona rural voltou tudo ao que era

antes. Mas nós fizemos a nossa parte. Nós deixamos provado que quando alguém é honesto e tem compromisso com o povo, se faz e o povo se favorece.

A todos vocês, muito obrigado, um grande abraço.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER (Presidente) - Parabéns, Deputado Ribamar Araújo. Um deputado competente e defensor do produtor rural. Já fez isso e faz todo dia com muita competência. Já caminhando para o encerramento, eu sou o último orador, acho que tudo já foi falado aqui... O senhor quer falar? Pois não?

O SR. ADELSON ALVES NAZARETH - Sim, Deputado Chiquinho eu quero só fazer uma qualificação sobre a fala do nosso defensor público ali, que é lamentável, né? A gente ver ele dizendo de quantas pessoas estão prestes a serem despejadas, que graças ao senhor, também nós já estamos vendo que já prorrogou por mais... Para o ano que vem... Mas até então, é lamentável... Esse ano, né?

O SR. JOSÉ GUEDES NETO - Até junho. **(fora do microfone)**

O SR. ADELSON ALVES NAZARETH - É, até junho.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER (Presidente) - Até 30 do mês 6, de 2022. Até junho.

O SR. ADELSON ALVES NAZARETH - Exato. Mas até então isso é lamentável, né? E hoje, gente, se nós procurarmos, eu até falei na outra Audiência Pública que tivemos outro dia juntamente com o Dr. Rafael, depois de eu conversar com ele uma meia hora antes juntamente com o defensor ali que me

apresentou ele que é o Dr. Rafael, até então eu falei pra ele lá e falei também no meu discurso lá. Se nós correremos hoje os 53 municípios desse Estado, nós vamos encontrar as mesmas coisas, as mesmas histórias, pessoas lutando para terem um pedacinho de chão, brigando com fazendeiros, Reservas criadas por esses incompetentes, que é bom que se diga para os senhores.

Eu quero dizer e peço ainda aos senhores, se nós pudermos colocar quem tem acesso às redes sociais, é bom que se coloquem isso. Sabe por quê? Quem está fazendo tudo isso com esse Estado, que está entregando nossa Pátria para os Estados Unidos para esses países, é o senhor Valdir Raupp, aquele covarde que pega o voto de todas as pessoas aqui nesse Estado para poder corromper e poder ferrar as pessoas que trabalham.

E depois vem o Senhor Confúcio Moura, que criou 12 Reservas recentemente enquanto poderia estar ajudando as pessoas que trabalham, trazendo infraestrutura, ajudando o homem do campo para você ter uma agricultura forte, assim como, também, ter uma economia forte no nosso País, que está em recessão por culpa desses covardes que ficam criando Reserva e vendendo nosso País para o Exterior. Obrigado.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER (Presidente) - Beleza, Senhor Adelson.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (Galeria) - **(Início ininteligível)** ...para as próximas, se ele se candidatar de novo, os eleitores não vão votar mais nos bandidos que prejudicam todo mundo. **(fora do microfone)**

O SR. CHIQUINHO DA EMATER (Presidente) - Exatamente. Exatamente. Obrigado a todos. Eu queria aqui agradecer ao Deputado Ribamar Araújo, ao Senhor Flávio Rodrigues, o Senhor Adelson, acabou de falar; à Dra. Eva Lúcia, ao José Guedes e ao Pastor Nelson. Muito obrigado pela presença de vocês.

E eu tenho dito sempre: essa luta, Pastor Wilson, essa luta é de todos nós. É da Assembleia Legislativa, nós temos a obrigação de defender vocês. Estamos fazendo isso aqui sempre. Iremos continuar na defesa de vocês. Vocês podem ter certeza que iremos encaminhar a todos os órgãos competentes essa Audiência Pública, mostrando aqui a indignidade de todos vocês. Dos homens, das mulheres, trabalhadores do campo, que se faça justiça. Você estava lá quando deram a Reserva. O Incra assentou vocês. Nós não podemos aceitar essa injustiça contra vocês.

Então, o Deputado Chiquinho, o Deputado Ribamar, vão estar sempre aqui, como toda a Assembleia Legislativa, sempre ao lado de vocês. Encaminhamos um documento para o Governo, que ele pediu, um documento da Assembleia Legislativa para fazer esse estudo. Pedimos que contratassem uma empresa que não fosse a Sedam para fazer todo o levantamento de toda essa situação do Estado de Rondônia. Porque acontece em diversas áreas, principalmente nessas áreas aqui de Porto Velho, de Cujubim, de Nova Mamoré. São as áreas mais afetadas neste momento. De Campo Novo, que é a questão do Três Coqueiros. Temos que resolver diversas situações.

E nós aqui da Assembleia, em nome dos deputados, em nome do nosso Presidente, do Deputado Ribamar, vocês podem ter certeza que estaremos juntos com essa luta de vocês, porque é uma luta justa. É uma luta para que vocês possam

produzir em paz, que vocês possam criar suas famílias e nós não poderíamos deixar aqui de estar a favor de vocês.

Então, fico muito feliz com a presença de todos vocês. Estamos juntos nesta luta e, com certeza, nós unidos vamos vencer, porque Deus está ao nosso lado, ao lado do homem do campo, de quem quer produzir e criar sua família em paz.

Então, meus amigos, quero aqui agradecer também a todo o Cerimonial da Assembleia Legislativa, o meu agradecimento a todos vocês por estarem aqui presente gravando, fazendo a Ata para que a gente possa encaminhar para todos os órgãos competentes. Agradecer ao meu gabinete, através da Júlia, do Jacó, do Bitá, enfim, a todo o meu Gabinete e também ao Gabinete do Deputado Ribamar Araújo, em nome da Chefe de Gabinete, a nossa querida Saraiva, guerreira, que lutou muito, que luta muito pelo produtor rural. É uma agrônoma muito competente. Em seu nome quero agradecer a todos também, Deputado Ribamar, a seu Gabinete. E, dizer, que estamos aqui sempre lutando para dar dignidade ao nosso povo. Agradecer, Pires, a você. Você que é do sindicato, foi do sindicato, agradecer a você que está sempre presente nesta luta do homem do campo.

Então, meus amigos, caminhando para o encerramento: invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, agradecemos a presença dos componentes da Mesa Diretora, agradecemos a presença de todos; declaro encerrada a presente Audiência Pública e desejamos um excelente dia a todos nós. Muito obrigado a todos.

(Encerra-se esta Audiência Pública às 12 horas e 47 minutos)

(Sem revisão dos oradores)